

“Imagina na Copa!?”: uma análise da construção da imagem do
Brasil através do futebol, da mídia e da política externa no
período 2003-2014

Marcelo Marinho Montanini

Orientador: Profa. Doutora Raquel de Caria Patrício

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

À Nicole, que mesmo quando ausente se faz presente.

A minha família por todo o incentivo na realização do sonho que inicialmente era só meu.

A minha cadela Belinha - *in memoriam* –, ainda ouço seu latido.

Agradecimentos

Agradeço a todos que de alguma forma me estimularam e me deram suporte durante a jornada em Lisboa e, depois, no Recife - duas cidades inspiradoras. Sou grato, em especial, a minha avó Jandira Marinho, a minha mãe Mônica Marinho, a minha filha Nicole Marinho e a minha namorada Marina Barbosa. Ao meu pai Carlos Montanini e ao meu tio-padrinho Márcio Marinho, segundo pai. Aos meus irmãos Caio Montanini, de sangue, e Dyego Neves, de coração. Homens fantásticos e mulheres guerreiras e lindas, por dentro e por fora, que me ajudam diariamente a tentar ser uma pessoa melhor.

E, não menos importantes, aos meus amigos, André Costa e Chiara Ramos, que me ajudaram nos momentos mais difíceis na capital portuguesa, sempre com as duas mãos estendidas – uma oferecendo ajuda e a outra com uma taça de vinho. Nasceu uma família.

A minha orientadora, professora doutora Raquel Patrício - a portuguesa mais brasileira que conheço - sempre atenciosa, irônica e estimuladora. Sou muito grato a ela e aos docentes do Mestrado de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL). Todos, aos seus modos, plantaram uma semente que minha família e Raquel adubaram e eu sigo regando.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que me ajudaram nesta construção, com conselhos, críticas, diálogos, debates, tetos, sofás, reais, euros, cafés, vinhos e sorrisos. Sou grato a todos.

Obrigado.

RESUMO

“Imagina na Copa!?” A expressão, que ganhou as ruas, mesas de bares, almoços em família, programas de televisão e rodas de amigos, nada mais é do que uma sugestão, que se popularizou com sarcasmo, do que a Copa do Mundo 2014 reservaria à sociedade brasileira e aos turistas durante o megaevento. A ironia funcionava nos anos que antecederam a Copa como um prenúncio de uma catástrofe. Esta dissertação se propõe a estudar a relação entre futebol, mídia e política externa no Brasil entre 2003 e 2014, com o objetivo de analisar como a política externa do Brasil e a mídia brasileira instrumentalizaram, cada qual com seu viés, o futebol para projetar a imagem do Estado no cenário internacional durante este período. A partir da revisão da literatura, da análise de discurso de chefes de Estados e ministros, dos três principais jornais no país – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – e da observação *in loco* dos acontecimentos. Com base na perspectiva construtivista das Relações Internacionais e nos modelos paradigmáticos de Amado Cervo, o estudo foca na funcionalidade da política externa brasileira e nos discursos para compreender a realidade socialmente construída pelos diversos agentes. E, por fim, destina-se a contribuir com a reflexão acerca do tema, a ampliação da bibliografia e do senso crítico.

Palavras-chave: Brasil; Construtivismo; Mídia e Relações Internacionais; Futebol e Relações Internacionais; Política Externa Brasileira; Copa do Mundo

ABSTRACT

"Imagine in the Cup !?" The expression, which won the streets, tables of bars, family lunches, television programs and wheels of friends, is nothing more than a suggestion, which became popular with sarcasm, than the World Cup. World 2014 would reserve to Brazilian society and tourists during the mega-event. The irony worked in the years leading up to the World Cup as a harbinger of a catastrophe. This dissertation proposes to study the relationship between soccer, media and foreign policy in Brazil between 2003 and 2014, with the objective of analyzing how Brazilian foreign policy and the Brazilian media have instrumented, each with its bias, football to design the Image of the state in the international scenario during this period. From the literature review, the discourse analysis of heads of states and ministers, the three main newspapers in the country - *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* - and the on-site observation of events. Based on the constructivist perspective of International Relations and the paradigmatic models of Amado Cervo, the study focuses on the functionality of Brazilian foreign policy and on the discourses to understand the reality socially constructed by the various agents. And finally, it aims to contribute to the reflection on the subject, the expansion of the bibliography and the critical sense.

Keywords: Brazil; Constructivism; Media and International Relations; Football and International Relations; Brazilian foreign policy; World Cup

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

AFP - Agence France-Presse
ANSA - Agenzia Nazionale Stampa Associata
AP - Associated Press
BRICS – Brazil, Russia, India, China and South Africa
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CGCE - Coordenação-Geral de Intercambio e Cooperação Esportiva
CNN - Cable News Network
COI – Comitê Olímpico Internacional
CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
DPD - Deutsche Pressedienst
DA - Diários Associados
Dena - Deutsche Nachrichtenagentur
DPA - Deutsche Presse-Agentur
ETN – Empresas Transnacionais
EUA - Estados Unidos da América
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associados / Fédération Internationale de Football Association
IBAS – Índia, Brasil e África do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITAR-TASS - Telegrafnoe Agentstvo Sovetskogo Soiuza
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul – Mercado Comum do Sul
Minustah - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
NOMIC - Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
OI – Organismo Internacional
ONG – Organização Não-Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
Suedena - Süddeutsche Nachrichtenagentur
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela A - Taxonomia dos tipos de atores de acordo baseado em Gilboa, com acréscimo de Camargo.....	23
Tabela B – Viagens presidenciais de Lula da Silva.....	41
Tabela C – Viagens presidenciais de Rousseff.....	47

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Balança comercial brasileira no período 2003-2014 em bilhões.....	42
Gráfico 2 – Evolução do PIB brasileiro durante o governo Lula da Silva em porcentagem.....	43
Gráfico 3 – Evolução do PIB brasileiro durante o governo Rousseff em porcentagem.....	48
Gráfico 4 – Volume de matérias sobre o Jogo da Paz com as tendências.....	63
Gráfico 5 – Volume de matérias sobre o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo 2014 com as tendências de cada.....	66
Gráfico 6 – Volume de matérias sobre a Copa das Confederações 2013 com as tendências de cada.....	68
Gráfico 7 – Volume de matérias sobre a Copa do Mundo 2014 com as tendências de cada.....	71

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. UMA LEITURA CONSTRUTIVISTA DO FUTEBOL, DA MÍDIA E DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	13
3. O <i>QUARTO PODER</i> NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	21
3.1. A mídia internacional e a mídia brasileira – evolução e inserção no sistema internacional.....	25
3.2. A mídia na (des)construção da imagem.....	31
4. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL.....	35
4.1. O <i>Estado Logístico</i>	39
4.1.1. Era Lula da Silva.....	40
4.1.2. Era Rouseff.....	46
4.2. O <i>Jogo da Paz</i> , a Copa das Confederações e a Copa do Mundo: instrumentos da política externa brasileira.....	49
5. “<i>IMAGINA NA COPA!?</i>”: FUTEBOL, MÍDIA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2013-2014.....	56
5.1. Futebol como ferramenta de política externa brasileira.....	59
5.2. Mídia brasileira: como apresenta a imagem do Brasil.....	62
5.3. O contraponto da mídia internacional: (uma) outra imagem do Brasil.....	73
6. CONCLUSÃO.....	76
7. BIBLIOGRAFIA.....	79

1. INTRODUÇÃO

O futebol é mais que um esporte, ou um *modus vivendi*, é uma metáfora da nova ordem mundial com complexidade ímpar e capacidade de arruinar regimes políticos (FOER, 2005), de propagar imagens no cenário internacional, camuflar barbáries ou mobilizar sociedades. A relação entre futebol e política externa não é nova, porém atual. Já futebol e mídia possuem vínculos íntimos e longínquos.

Diversos episódios da história demonstraram isso, como nas Olimpíadas de Berlim 1936, quando Adolf Hitler instrumentalizou o esporte para vender a supremacia de uma suposta raça ariana da Alemanha nazista. Ou na Copa do Mundo Argentina 1974, quando Jorge Rafael Videla, usou o megaevento com a finalidade de dissimular torturas e propagar a imagem de prosperidade do regime ditatorial. Ou quando comumente ativistas aproveitam as atenções da mídia internacional voltadas às Copas do Mundo para protestarem.

A dimensão do futebol no mundo pode ser mensurada em uma simples comparação entre o quantitativo de 211 Estados-membros pertencentes à Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA) ante os 193 da Organização das Nações Unidas (ONU). Ou seja, há mais Estados-membros filiados à maior associação futebolística do que à maior organização internacional de cunho político, econômico e social do mundo. Apesar disso, o esporte, de modo geral, e o futebol, em particular, ainda são temas secundários nos estudos das Relações Internacionais.

A mídia, por sua vez, possui um papel relevante na propagação de discursos, produz valores (significados) e imagens (significante) e se apresenta, não apenas como canal, mas também como agente emergente com poder mobilizador tanto na estrutura interna quanto na externa do Estado. Todavia, destaca-se que, assim como o esporte, o estudo da mídia nas Relações Internacionais é recente e, por vezes, marginalizado.

Outro elemento que une a tríade estudada neste trabalho é a política externa. E para compreender é necessário transcender a perspectiva doméstica de observação, vide esta ser de um conjunto de objetivos políticos – interesses ou preocupações - que um Estado visa

alcançar nas suas relações com outros agentes no cenário internacional (JACKSON; SORENSEN, 2013).

Compreendendo a relevância do futebol, como ferramenta de política externa do Brasil, e a importância do poder que a mídia possui no contexto interno e externo do Estado, o estudo parte da seguinte pergunta: “Como a política externa do Brasil e a mídia brasileira instrumentalizaram, cada qual com seu viés, o futebol para projetar a imagem do Estado brasileiro no sistema internacional no período 2003-2014?”.

Com o objetivo principal de identificar e analisar como o Brasil pode instrumentalizar o futebol para se projetar no cenário internacional e como a mídia influenciou nesta projeção, este trabalho busca identificar os reflexos que o Jogo da Paz, em 2004, a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014 tiveram na imagem brasileira no cenário internacional, assim como apontar como a mídia pode construir um discurso favorável ou negativo na projeção da imagem estatal nos três episódios supracitados.

Diante disso, duas hipóteses são analisadas: (a) a mídia brasileira é como um agente com capacidade de utilizar o futebol tanto para contribuir com a projeção da imagem do Brasil no cenário internacional quanto para desconstruí-la; (b) mídia brasileira e política externa brasileira instrumentalizaram o esporte para propagar imagem igualmente positiva no primeiro momento, com Jogo da Paz, em 2004, mas negativa no segundo, com Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014.

Considerando as especificidades e a amplitude do tema, esta dissertação norteia-se a partir do método indutivo - sem a pretensão de criar axiomas – e da abordagem qualitativa e interpretativa de fontes bibliográficas e documentais, análises de conteúdo da mídia sobre o objeto da pesquisa e, simultaneamente, análise de conjuntura de fatos em curso. Houve também a observação *in loco*, interpretação constante e, por vezes, comparação.

A pertinência deste estudo é observada pela abrangência de temas ainda pouco estudados no âmbito das Relações Internacionais, como a relação entre mídia, esporte e política externa. Com base nisso, este trabalho pretende colaborar, mesmo que brevemente, para ampliar o debate acerca dos assuntos. Destaca-se também o caráter multidisciplinar da pesquisa, que reflete o dinamismo e a interdependência que permeiam as relações internacionais contemporâneas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O capítulo 1 versa sobre o enquadramento teórico construtivista, adotado neste estudo por acreditar que a abordagem desta teoria – ou metateoria - é a mais abrangente e adequada por destacar “*o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais*” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 164), com foco na relação agentes-estrutura e na análise do discurso (ou do discurso como ferramenta política). Os autores Alexander Wendt e Nicholas Onuf são usados como referências neste estudo. O primeiro pelas bases do construtivismo e o segundo por suas análises a partir da linguagem.

Destaca-se que, com base no construtivismo, o discurso é inerente a eventos sociais e às relações internacionais e isso se materializa nas normas e regras (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). A análise destes, por sua vez, deve conter ligação direta com a realidade e as questões sociais. Partindo deste pressuposto, o método utilizado neste estudo é a análise de discursos oficiais dos chefes de Estado do Brasil, Lula da Silva e Dilma Rousseff, e de ministros, além da análise de conteúdo da mídia, vide esta ser um relevante promotor de discursos, com poder de alterar comportamento e vender produtos.

O capítulo 2 analisa o progresso tecnológico da informação, a globalização e os conglomerados midiáticos que transformaram a mídia em um novo agente no cenário internacional. Será apresentada uma breve contextualização acerca da emergência da mídia e das formas de atuação deste agente, com base em Gilboa.

Para a análise, são utilizados os veículos de comunicação *Folha de S. Paulo*¹, *O Estado de S. Paulo*² e *O Globo*³, por se tratarem dos três maiores jornais em circulação no Brasil, com correspondentes nacional e internacional, e distribuição em todos os estados do

¹ De acordo com dados da *Folha de S. Paulo* – segundo estudos da Ipsos Marplan –, 55% dos seus leitores são homens e 45% mulheres; 58% pertencem à classe B, 20% pertencem à classe A e outros 20% a C e 2% às classes D e E; quanto à faixa etária, 25% possuem 35 a 44 anos, 21% têm 25 a 34 anos, 14% têm 18 a 24 anos, 13% possuem 55 a 64 anos, 11% têm 45 a 54 anos, 8% têm 10 a 17 anos e outros 8% mais de 65 anos. Quanto à versão digital, são 276 milhões de *pages view* e 29 milhões de *unique visitors*.

² Segundo dados do *Estado de S. Paulo*, o público-alvo do jornal impresso constitui 56% masculino e 44% feminino; em termos de idade, possuem entre 25 e 34 anos (22%), entre 35 e 44 anos (21%), entre 45 e 54 anos (15%), entre 18 e 24 anos (12%), entre 55 e 64 anos (12%) e 65 anos ou mais (10%); quanto à classe social, 59% pertencem à classe B, 21% a classe A e 19% a classe C. Quanto à versão online do mesmo veículo, em 2014, foram registrados 80,7 milhões de *pages view*, sendo 8,7 milhões *unique visitors*.

³ Conforme dados de *O Globo* – segundo o Google Analytics, Ibope e Comscore de maio de 2015 –, o público-alvo do jornal impresso é formado por 55% de homens e 45% mulheres; quanto à faixa etária, 31% possuem 25 a 34 anos de idade, 23% de 15 a 24 anos, 22% 35 a 44 anos, 13% de 45 a 55 anos, 7% mais de 55 anos e 4% de 6 a 14 anos; em se tratando de classe social, 68% dos leitores são da classe A/B, 31% da classe C e 1% da D/E. Já na versão online, 90,4 milhões de páginas vistas por mês, sendo 19,9 milhões de visitantes únicos.

país. Segundo Sacchitiello (2015), dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) de 2015 apontam que o jornal impresso da *Folha de S. Paulo* teve circulação média de 361.231 exemplares nos quatro primeiros meses de 2015, o que o coloca na liderança entre os jornais diários do país; *O Globo*, segundo colocado no ranking do IVC, registrou circulação média de 320.374 exemplares; e *O Estado de S. Paulo* registrou circulação média de 250.045 exemplares no mesmo período.

Já o capítulo 3 discorre sobre política externa brasileira, a partir dos modelos paradigmáticos de Amado Cervo (2003), como o liberal-conservador que se estende do século XIX a 1930; o Estado desenvolvimentista, entre 1930 e 1989; o Estado normal ou neoliberal, de 1990 e 2002; e o Estado logístico, de 2002 à atualidade, sendo este último o modelo referencial do trabalho.

Destaca-se, todavia, que o enfoque temporal deste estudo é o período de 2003 a 2014, sob os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). Diante disso, o estudo compara brevemente as duas gestões no que tange a inserção internacional, também com base na análise de Cervo acerca da percepção de “*ascensão*” e “*declínio*”. Além de analisar os discursos de ministros e chefes de Estado.

O capítulo 4 trata da relação entre futebol, mídia e política externa, observando o megaevento esportivo como instrumento da mídia brasileira e de política externa brasileira numa batalha velada. Esta parte da dissertação detém-se em uma análise quantitativa e, sobretudo, qualitativa e interpretativa dos três veículos de comunicação supracitados para compreender as mensagens transmitidas por eles, levando em consideração explicações contidas nos capítulos anteriores.

Ademais, são avaliados alguns veículos de comunicação internacional, em suas versões online – como *New York Times*, dos Estados Unidos, *Le Monde*, da França, *Público*, de Portugal, *El País*, da Espanha, *The Guardian*, do Reino Unido, *Al Jazeera*, do Catar, e *La Nacion*, da Argentina - para demonstrar qual foi a imagem que o Estado brasileiro deixou pós-Copa do Mundo 2014 no exterior. Desta forma, procura-se mensurar, mesmo que relativamente, a impressão deixada pelo Brasil no cenário internacional.

2. UMA LEITURA CONSTRUTIVISTA DO FUTEBOL, DA MÍDIA E DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

“Power politics are socially constructed under anarchy” (WENDT, 1992, pp. 395)

O construtivismo ganhou dinâmica na transição da década de 1980 e de 1990 com influência da Sociologia, do Direito, da Filosofia, da Linguística e de outras teorias sociais para explicar os fenômenos também das relações internacionais ou, melhor, compreender a construção social da política internacional. Com origens diversificadas e multidisciplinaridade, a escola construtivista se situa “no meio” do que ficou convencionalizado como Terceiro Debate⁴ das Relações Internacionais, que transita entre questões ontológicas e epistemológicas.

O marco do construtivismo nas Relações Internacionais ocorre com a publicação da obra de Nicholas Onuf *World of our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, em 1989, e do artigo de Alexander Wendt *Anarchy Is What States Make Of It: the social construction of world politics*, em 1992. Acrescenta-se, entre outras, a obra *Social Theory of International Politics*, em 1999, de Wendt. Onuf, com foco nas normas e discursos, e Wendt, na identidade e cultura, são os principais teóricos a embasar esta pesquisa.

Apesar das dimensões que ganha por opor-se a, e questionar, realistas e idealistas, o construtivismo não se trata de uma teoria propriamente dita, mas de uma metateoria – que funciona como um modelo de raciocínio ou abordagem metodológica para estudar as relações internacionais. Como também não é contrário a nenhuma das teorias supracitadas, apenas desafia os fundamentos ontológicos e epistemológicos de ambas (ADLER, 1999), apresentando-se como uma ponte entre as teorias.

⁴ O Primeiro Debate foi travado entre realistas e idealistas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com foco na ontologia sobre o estudo das Relações Internacionais – o “ser” ou “dever ser” da política internacional; após a chamada revolução behaviorista, a partir da década de 1950, a crítica deixou de ser ontológica e passou a ser metodológica: o Segundo Debate ocorreu entre neorrealistas e institucionalistas neoliberais; o fim da Guerra Fria (1945-1991) promove o Terceiro Debate, colocando frente a frente racionalistas e reflexivistas, grupo cujo construtivismo pertence (LAPID, 1989).

A premissa básica desta abordagem é que o mundo não é pré-determinado, mas construído socialmente a partir da ação e interação entre agentes e estrutura (ONUF, 1998; REUS-SMIT, 2005). Por agentes entende-se Organismos Internacionais (OIs), Organizações Não-Governamentais (ONGs), Empresas Transnacionais (ETNs), Estados, movimentos sociais e até indivíduos. A estrutura é o sistema. Esta interação entre agentes e estrutura, guiada pelas normas, também é responsável pela promoção, entre outras coisas, da política externa de um Estado, que é agente e estrutura, em si, de acordo com as dimensões interativas.

Outro item é a relação entre agentes e estrutura, cujos construtivistas negam qualquer antecedência ontológica (WENDT, 1987; 1992; 1999; ONUF *et al.* 1998; REUS-SMIT *et al.* 2005). Nesta lógica, agentes e estrutura são coconstitutivos e influenciam-se mútua e continuamente, sem que haja precedência temporal entre eles. No campo doméstico, uma ilustração é que os indivíduos fazem a sociedade e a sociedade transformam os indivíduos, e entre eles estão as regras - outro importante elemento que será abordado adiante.

Partindo do pressuposto de que vivemos em um mundo em constante evolução, o qual é produto das nossas escolhas, pode-se afirmar, em outras palavras, que trata-se do *“modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material”* (ADLER, 1999, p. 205).

Esta afirmativa nos leva ao debate entre a visão materialista e a visão idealista. Para os construtivistas, a visão idealista se sobressai à materialista. Isso significa que os construtivistas não descartam que haja um mundo material, mas consideram que este somente existe como consciência intersubjetiva compartilhada (ADLER, 1999). No caso, as ideias são responsáveis pela definição do significado do mundo material. *“As ideias – entendidas mais genericamente como conhecimento coletivo institucionalizado em práticas – são o meio e o propulsor da ação social”* (ADLER, 1999, p. 210). Pode-se observar nesta reflexão a relação entre mídia e sociedade e, a partir desta interação, a construção de um pensamento coletivo.

Wendt (2003) apresenta duas observações a respeito deste debate: (1) as estruturas de associação humana são determinadas, sobretudo, por ideias compartilhadas, em vez de forças materiais; e (2) as identidades e interesses dos agentes são construídos por essas ideias compartilhadas em vez de dados pela natureza. Com base nestes pressupostos, pode-se

afirmar que o primeiro princípio representa uma abordagem idealista sobre a vida social e destaca que a partilha de ideias é também social; enquanto o segundo possui uma abordagem holística por causa de sua ênfase nos poderes emergentes de estruturas sociais.

Portanto, o mundo em que vivemos é um domínio intersubjetivo. *“O mundo social é um mundo de consciência humana: de pensamentos e crenças, de ideias e conceitos, de linguagens e discursos, de signos, sinais e entendimentos entre seres humanos, especialmente no que se refere a grupos destes, como Estados e nações”* (JACKSON; SORENSEN, 2013, p. 236).

Adler (1999, p. 206) defende que a relevância do construtivismo para o estudo das Relações Internacionais sustenta-se *“em sua ênfase na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo e nas implicações metodológicas e epistemológicas dessa realidade”*. Os construtivistas acreditam que as relações internacionais fundamentam-se primariamente em fatos sociais e, por conseguinte, na interação humana. Acrescenta-se que tal realidade intersubjetiva perdura pela ação da comunicação social.

“Os construtivistas acreditam que a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem. Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder” (ADLER, 1999, p. 206).

Quanto à anarquia – geralmente entendida nas Relações Internacionais como a ausência de um governo central -, destacam-se duas premissas inerentes uma a outra. Ao contrário das teorias racionalistas, Wendt (1992, p. 395) defende que *“anarchy is what states make of it”* e, portanto, a anarquia internacional é socialmente construída; enquanto a autoajuda e a balança de poder são instituições e não características essenciais da anarquia (WENDT, 1992, p. 402). Desta forma, os construtivistas reconhecem a importância do Estado no sistema internacional. Onuf (1998) corrobora com Wendt, ao afirmar que a anarquia é um arranjo social, uma instituição em grande escala.

Ao analisar a cultura da anarquia e os Estados, Wendt (1999), que possui um construtivismo considerado racionalista e estatocêntrico, apresenta três paradigmas de Estados – hobbesiano, lockeano e kantiano. De forma sucinta, o primeiro observa os outros Estados como inimigos, o segundo como rivais e o terceiro como amigos (WENDT, 1999; CERVO,

2003; 2008). Com base nesta análise e nos aspectos culturais brasileiros, Cervo (2008) apresenta quatro conceitos ou paradigmas do Estado brasileiro – *liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal ou normal e logístico* – que veremos no capítulo 3.

Antes de mais, importante elucidar que os construtivistas não estão isentos às críticas. Destaca-se como o principal oponente teórico do construtivismo, o neorealismo (JACKSON; SORENSEN, 2013), pertencente à linha racionalista. Para os neorealistas, ao analisar a anarquia, os construtivistas não levam em consideração a hipocrisia existente nas relações no sistema internacional. Os construtivistas observam essa ideia como superficial e alegam que a anarquia é complexa e que não necessariamente leva ao conflito violento ou alimenta-se do egoísmo dos agentes (JACKSON; SORENSEN, 2013).

Um debate muitas vezes secundarizado nas Relações Internacionais é o conceito de identidade. Alguns construtivistas avaliam que identidade e interesses são a mesma coisa. Wendt (1992, p. 423) analisa que identidade e interesses são em grande parte exógenos e moldados pela interação entre os agentes. O primeiro é a base da construção do segundo.

De acordo com Reus-Smit (2005), identidades sociais são conjuntos de significados que um agente atribui a si mesmo. “*The character and behavioral expectations of a person's role identity [...] are socially constituted. Roles are not played in mechanical fashion according to precise scripts, however, but are "taken" and adapted in idiosyncratic ways by each actor*” (WENDT, 1994, p. 419). Desta forma, papel de identidade do Brasil como um “país pacífico” é socialmente constituído.

Destaca-se que a identidade pode assumir múltiplas formas – um indivíduo pode ser brasileiro, afrodescendente, engenheiro, católico e corinthiano ou o Estado pode ser brasileiro, latino-americano, pacífico, país do futebol e grande exportador de soja, dentre outros muitos exemplos. Os interesses são moldados e alimentados pelas identidades dos agentes e muitas vezes condicionados a conjuntura.

Um exemplo do raciocínio acima pode ser observado no amistoso entre as seleções do Brasil e do Haiti, em Porto Príncipe, no Haiti, em 2004, que ficou conhecido como Jogo da Paz. À época, o Brasil – conhecido como “país do futebol” – chefiava a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) e tinha como principal interesse no sistema internacional fazer parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Aproveitou-

se, então, da sua identidade, da conjuntura internacional favorável e da ferramenta política (leia-se: missão de paz) para tentar alcançar seu interesse.

Sobre a percepção de poder – que sempre é um tema caro aos estudiosos das Relações Internacionais -, Onuf (1998) sublinha que se trata da formação cultural a nível sistêmico - ideias compartilhadas tornando-se normas e instituições -, que constitui significado de distribuição de poder. Para Wendt (1999), poder é a percepção da constituição de identidades e interesses dos Estados. Já Barnett e Duvall (2005) avaliam que o poder não possui uma única forma ou expressão e identificam ao menos quatro formas de poder: institucional, estrutural, produtivo e compulsório, abaixo definidos.

“Compulsory power refers to relations of interaction that allow one actor to have direct control over another. [...] Institutional power is in effect when actors exercise indirect control over others, such as when states design international institutions in ways that work to their long-term advantage and to the disadvantage of others. Structural power concerns the constitution of social capacities and interests of actors in direct relation to one another. [...] Productive power is the socially diffuse production of subjectivity in systems of meaning and signification” (BARNETT; DUVAL, 2005, p. 3).

Dentre os tipos de poderes apresentados por Barnett e Duvall (2005), destaca-se para a finalidade deste estudo o poder produtivo, que se trata, em outras palavras, do poder de influenciar outrem a partir de ideias, discursos, ideologia, cultura e afins, sem qualquer coação.

Traçando um paralelo entre identidade, interesses e poder produtivo, vale observar que o Brasil, como “país pacífico” e “país do futebol”, aspirava tornar-se uma potência mundial e, para tal, mobilizou esforços para sediar eventos de grande porte envolvendo o esporte mais popular do país e do mundo para atrair visibilidade e recursos visando a atingir aos objetivos no sistema internacional.

De modo geral, pode-se relacionar a disputa de uma partida de futebol em um estádio a uma visão construtivista, na qual seleções nacionais, com suas identidades, interagem e disputam seus interesses - leia-se: vencer, empatar, ser campeão, não ser eliminado ou até vender imagem - e, por conseguinte, projetam valores no imaginário coletivo social e no sistema internacional.

Ressalta-se também a necessidade de uma abordagem teórica apoiada tanto em elementos endógenos quanto exógenos para a melhor compreensão das relações internacionais. Visando a isso, Wendt (1999) tenta reconciliar o que muitos consideram ser incompatibilidade ontológica e posições epistemológicas. Para tal, dois argumentos: (1) o que realmente importa é o que há, em vez de como nós o conhecemos; e (2) a ciência deve ser de perguntas, ao invés de método conduzido, e, portanto, a importância da questão constitutiva cria um papel essencial na ciência social para métodos interpretativos (WENDT, 1999).

Importante entender que o construtivismo é uma teoria social e, portanto, preocupada com as premissas fundamentais de investigação social: a natureza da ação humana e sua relação com as estruturas sociais, o papel das ideias e a forma adequada de explicações sociais (ADLER, 1999, p. 206). Tais questões de ontologia e epistemologia podem não servir para explicar a política internacional, mas podem ser o suporte para entendermo-las a partir de observações e questionamentos.

Destaca-se, como metodologia construtivista, o discurso inerente a eventos sociais e às relações internacionais que se materializam nas normas. Reus-Smit (2005) ressalta que o construtivismo é caracterizado por dar ênfase ao normativo. A análise destas normas, por sua vez, deve conter ligação direta com a realidade e as questões sociais. Jackson e Sorensen (2005) explicam que neorrealistas são céticos à importância atribuída às normas, sobretudo, internacionais, visto que, apesar de elas existirem, são constantemente desrespeitadas por interesses das grandes potências.

De acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 170), os construtivistas avaliam que as normas orientam o discurso, e o discurso não é apenas um instrumento para a ação política, mas a própria ação. Esta ênfase na relação entre normas e discurso demonstra a influência do que ficou convencionado como Virada Linguística nas ciências sociais e que também embasou o estudo construtivista das Relações Internacionais.

Apesar de a expressão supracitada denotar marco ou ruptura, não há um fato preciso ou delimitador, mas sim *“um fenômeno que vai se formando progressivamente e que adota várias modalidades ao longo de seu desenvolvimento”* (GRACIA, 2004, p. 25), como a Linguística, a Sociologia e a Filosofia.

“Ela [a linguagem] é a própria condição de nosso pensamento e, para entender esse último, temos de nos concentrar nas características da

linguagem em vez de contemplar o suposto mundo interior de nossas ideias. Nosso conhecimento do mundo não se radica nas ideias que dele fazemos; ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo” (GRACIA, 2004, p. 33).

O mérito da Virada Linguística é a substituição da relação ideias-mundo pela relação linguagem-mundo, trocando o não observável pelo manifesto e, por conseguinte, fazendo com que a linguagem assuma um papel constitutivo e não apenas limitado à reflexão sobre as coisas do mundo (GRACIA, 2004). Para Kratochwill (*apud* NOGUEIRA; MESSARI, 2005), os processos de mídia e de intersubjetividade são centrais para o entendimento do processo por meio do qual as decisões e as ações dos agentes são analisadas.

Onuf (1998) identifica três categorias de discursos: os assertivos, os diretivos e os de compromissos. Os discursos “assertivos” agem para informar aos agentes sobre o mundo e não possuem caráter normativo; os “diretivos” funcionam como instruções e possuem caráter normativo; e, por fim, os “atos de compromissos” agem como promessas e são normativos. Dito isso, a observância nos discursos será de suma importância para alcançarmos o objetivo principal deste estudo.

Vale explicar que, de modo genérico, um ato de fala ou discurso obedece mais ou menos ao esquema, com base em Onuf (1998): eu (tu, ele, etc.) por este meio afirmo (declaro, demando, prometo) para alguém me ouvir que algum estado de coisas existe ou poder ser alcançada.

Ao exemplo: (1) o então presidente da Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA), Joseph Blatter, anuncia que o Brasil vai sediar a Copa do Mundo 2014; (2) o à época presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, pede ao Congresso Nacional que aprove as medidas necessárias para a realização da Copa e clama ao povo brasileiro que colabore na realização do evento; e (3) os agora ex-presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff prometem que o Mundial do Brasil vai ocorrer como planejado e deixará um legado ao país.

Diante do cenário mencionado, os discursos oficiais dos à época chefes de Estado do Brasil, Lula da Silva e Rousseff, e dos respectivos ministros de Relações Exteriores e Esporte serão analisados, assim como o conteúdo produzido pela mídia, vide esta ser um relevante promotor de discursos e ideias, com poder de alterar comportamento e vender conceitos. Aliás, além de canal, a mídia tem, por vezes, assumido o papel de agente nas relações internacionais.

“O construtivismo mostra que mesmo nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos [...] além disso, os construtivistas acreditam que a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem. Assim os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder” (ADLER, 1999, p. 206).

O raciocínio acima apresentado ressalta a força da intersubjetividade e o caráter simbólico dos discursos e das interações entre diversos agentes e estrutura. Destaca-se também o poder da internet e, sobretudo, da mídia como canal de propagação de ideias e, por vezes, de ator – ou agente – político. Esta lógica, todavia, pode ser observada na prática nas manifestações de rua que ocorreram durante a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014, cuja mídia é condutora de uma ideia coletiva, que nasce na internet e alguns setores sociais e, após ter a ressonância da mídia, ganha corpo nas ruas.

No próximo capítulo, pretende-se analisar a evolução e a inserção da mídia, também conhecida como “Quarto Poder”, no sistema internacional e o seu papel na construção da imagem do Brasil.

3. O QUARTO PODER NO SISTEMA INTERNACIONAL

“O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação” (DEBORD, 1997, 24)

O termo *mídia* deriva do latim *médium* que significa “*meio*”. No Brasil, a palavra é “aportuguesada” baseando-se na pronúncia do inglês *media*, que se trata do plural da expressão latina. De forma geral, o termo compreende o *mass media*, que em português significa “*meios de comunicação de massa*”, ou seja, veículos de comunicação ou imprensa. Apesar da origem longínqua, a palavra *mídia* somente passa a ser utilizada no início do século XX (BRIGGS; BURKE, 2006).

Já o conceito que dá nome a este capítulo, o “Quarto Poder”, surge em meados do século XIX como instrumento, em regimes democráticos, para fiscalizar excessos dos três poderes originais – Executivo, Legislativo e Judiciário –, representado pela imprensa (ALBUQUERQUE, 2005; 2009). Embora a expressão compreenda a uma estrutura doméstica, autores como Risse-Kappen (1995) e Putnam (2010) defendem que as fronteiras que separam os Estados – ou agentes estatais – são praticamente diminutas e, mais, as políticas domésticas e as relações internacionais interrelacionam-se intrinsecamente.

Antes, destaca-se que a relação temática *mídia* e Relações Internacionais – como estudos relativos à opinião pública, a comunicação internacional e às relações destes com a política externa - é secundarizada no campo acadêmico das Relações Internacionais (GILBOA, 2002; SOROKA, 2003; MARINUCCI, 2008; FARIA, 2008; CAMARGO, 2008; NOGUEIRA, 2012) e este trabalho visa contribuir, mesmo que brevemente, para ampliar este acervo.

Esta pesquisa parte do princípio de que a política externa - assim como a doméstica - e a *mídia* se influenciam mutuamente, transformando esta última em agente político e social e, por conseguinte, com capacidade de influir na construção social. Mas, paralelamente, a *mídia* é canal de propagação das ideias, inclusive, de agentes estatais. Com base na perspectiva construtivista, ressalta-se também a relação *mídia* e sociedade como construtora de discursos e, conseqüentemente, relevante ferramenta de construção de representações coletivas e de identidade nacional.

O final do século XX e a transição para o XXI apresenta uma revolução tecnológica e, consequentemente, uma transformação social. Este novo paradigma foi cunhado com a expressão “*sociedade da informação*” na década de 1980, mas também é denominada de “*sociedade informacional*” ou “*sociedade em rede*” (WERTHEIN, 2000; CASTELLS, 2002) e diz respeito ao avanço das novas tecnologias, como a internet.

“*As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade*” (CASTELLS, 2002, p. 57). O mesmo autor (2002, p. 565) explica que tais “*redes constituem a nova morfologia social e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura*”. Este paradigma tecnológico possui, segundo Castells (2002, p. 108-109), características fundamentais:

- A informação é sua matéria-prima: as tecnologias estão a serviço da informação, ao contrário de outrora, quando o objetivo principal da informação era agir sobre as tecnologias;
- Alta penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: a informação passa ser parte integral de toda atividade humana, individual e coletiva, estas atividades tendem a ser afetadas pela nova tecnologia;
- Lógica de redes: a morfologia da rede está adaptada à complexidade de interação e executada, nesta lógica, em qualquer tipo de processo;
- Flexibilidade: os processos são reversíveis e as organizações e instituições podem ser modificadas pela reorganização de seus componentes;
- Crescente convergência de tecnologias: as trajetórias de desenvolvimento tecnológico se tornam interligados.

Com base nesta revolução e, sobretudo, no fortalecimento destas redes, compreende-se que a mídia pode ser caracterizada como agente e, simultaneamente, canal referencial para produção e propagação de outras mídias – por exemplo, agências de notícias internacionais - em diversos locais do mundo.

O progresso das tecnologias da informação e a globalização da mídia no século XX apresentam novos agentes com capacidade de influenciar o cenário internacional. Como consequência, a mídia foi alçada à condição de agente. Entretanto, vale ressaltar que a atuação

da mídia no cenário internacional se diferencia da atuação de outros agentes (CAMARGO, 2008), visto que aquela altera a morfologia dependendo do contexto.

“Os meios de comunicação de massa – com a sua capacidade de construir e de disseminar informações e realidades sociais por meio de seu discurso diário em larga escala – compartilham com outros agentes a função de constituir a definição de regras, identidades e interesses, de modo que, em um movimento dialógico, são, igualmente, influenciados pela realidade política internacional” (NOGUEIRA; BURITY, 2014, p. 381).

Diante disso, Faria (2008) observa sobre a relação política externa e a opinião pública que, apesar da tendência padrão *top-down* da formulação da política externa brasileira, atualmente – com a participação de novos agentes, entre eles, a mídia – há um efeito *bottom up*, com maior permeabilidade do processo de produção da política externa brasileira. Contudo, outros Estados adotam modelo de tomada de decisão por parte da política externa de forma semelhante.

Gilboa (2002) reflete esta problematização da característica mutante da mídia e a relação com a política externa no artigo *Global Communication and Foreign Policy*, no qual apresenta quatro possibilidades de atuação, de acordo com contexto, conceito e atividades. São elas: controladora, constrangedora, interventora e instrumental. Antes, acrescenta-se que o estudo mencionado sugere que a comunicação internacional possui relação direta com a condução da política externa, no que diz respeito à formulação de políticas e na implementação da mesma. Abaixo, Camargo (2008), com base em Gilboa (2002), apresenta uma taxonomia deste agente.

Tabela A - Taxonomia dos tipos de atores baseado em Gilboa, com acréscimo de Camargo

Tipo de ator	Atividades	Contexto	Conceito
Ator controlador	Substitui a tomada de decisão	Intervenção em crises humanitárias	Efeito CNN
Ator constrangedor	Constrange a tomada de decisão	Processo de tomada de decisão	Política em tempo-real
Ator interventor	Mediadores	Mediação internacional	Crises políticas
Ator instrumental	Promove negociações e acordos	Resolução de conflitos	Diplomacia midiática
Ator conflituoso	Provoca conflitos	Situações de crise	Conflitos midiáticos

Fonte: Camargo (2008, p. 41)

A mídia como agente controlador pressupõe que a comunicação global substituiu os tomadores de decisão em questões relacionadas à intervenção militar. Esta tese baseia-se na teoria do *Efeito CNN*, a qual sugere que os meios de comunicação internacional tornam-se agentes dominantes na formulação de políticas relativas à defesa e às crises humanitárias. As intervenções na Somália e em Ruanda, ambas em 1994, e no Kosovo, em 1999, por exemplo, sugerem a influência da televisão nas opções políticas, quando exercem pressão com relatos e imagens impactantes daquela realidade (GILBOA, 2002; CAMARGO, 2008).

Já o agente constrangedor é visto mais como elemento influenciador no processo de tomada de decisão e com a função básica de constranger o líder político a agir em um prazo diminuto. Os tomadores de decisão, neste caso, utilizam-se dos canais de comunicação, em vez dos canais diplomáticos, por sua velocidade de propagação e em larga escala. Gilboa (2002) cita como exemplo o fato de o presidente dos Estados Unidos da América (EUA) George W. Bush ter passado informações aos membros da coalizão contra o Iraque por meio da rede de televisão norte-americana *Cable News Network (CNN)* e não por canais diplomáticos tradicionais durante a Guerra do Golfo, em 1991.

O papel de interventora nas mediações internacionais ocorre quando jornalistas agem, dentro de um contexto jornalístico, como intermediadores, direta ou indiretamente, nos conflitos e podem servir como catalisadores dos acordos e nas resoluções destes. O autor menciona, como exemplo, o programa da rede de televisão norte-americana *ABC News Nightline*, cujo apresentador atua como mediador ao entrevistar representantes de países que estiveram em situações de conflitos, como Palestina e Israel (GILBOA, 2002; CAMARGO, 2008).

A mídia é instrumental quando é utilizada por governos como ferramenta para alcançar metas, como mobilizar apoio, avançar em negociações ou até lograr acordos. Por exemplo, as assinaturas de dois Tratados de Paz: entre Egito e Israel, em 1979, e entre Israel e Jordânia, em 1994 (GILBOA, 2002; CAMARGO, 2008).

Camargo (2008), todavia, apresenta um quinto papel para a mídia: a de agente conflituoso, no qual a atividade jornalística provoca situações caóticas. Como exemplo, a autora cita protestos e mortes em países islâmicos, após uma matéria especulativa, publicada pela revista norte-americana *Newsweek*, sobre a deturpação do alcorão por soldados norte-americanos na base de Guantánamo, em Cuba, em 2005.

Observando a ampliação do alcance da mídia, a emergência da mesma como agente e compreendendo a relação estreita entre ela e a política externa, esta pesquisa apresenta na próxima seção uma breve evolução histórica da inserção no sistema internacional, com a capacidade de influenciar tal cenário.

3.1. A mídia internacional e a mídia brasileira – evolução e inserção no sistema internacional

O surgimento das indústrias da mídia, com aprimoramento da capacidade de transmissão de informação, ocorre no século XV com a invenção da tipografia pelo alemão Johann Guttenberg⁵ (SODRÉ, 1983; BRIGGS; BURKE, 2006; ANJ, 2015). A invenção reverbera posteriormente em toda a Europa e representa uma rede de poder simbólico paralelo ao controle do Estado e da Igreja (NATALI, 2015).

Nas primeiras décadas do século XVI, a evolução parte do alemão Jacob Függer, um dos mais proeminentes banqueiros europeus, que cria a *newsletter* (NATALI, 2015) - um boletim informativo. Com base nisso, pode-se dizer que o jornalismo inicia com os vieses internacional e econômico, vide a finalidade de “*enviar com regularidade a Augsburgo informações que tivessem alguma utilidade para os negócios, como, por exemplo, a cotação de determinadas mercadorias*” (NATALI, 2015, p. 21).

No decorrer do século XVII, diversas publicações baseadas em informações econômicas e políticas surgem em alguns centros urbanos europeus (NATALI, 2015). O século XIX - mais precisamente o ano de 1814 – apresenta um marco na história do desenvolvimento da produção da mídia de massa, quando a revista britânica *The Times* utiliza a máquina a vapor na sua impressão, reduzindo o custo e acelerando a circulação (SODRE, 1983; ARBEX JR, 2002; BRIGGS; BURKE, 2006; NATALI, 2015). Meio século depois, em 1889, mais evoluções, como o surgimento da impressora cilíndrica (rotativa) e do linotipo, que funde todas as letras de uma linha de texto em um única matriz metálica (BRIGGS; BURKE, 2006; NATALI, 2015).

⁵ O termo imprensa deriva da prensa móvel, processo aperfeiçoado por Guttenberg.

Natali (2015) destaca que, entre a segunda metade do século XIX e o século XX, o trem e os cabos de telégrafo foram instalados em diversos locais. Arbex Jr (2002) acrescenta que o desenvolvimento das tecnologias da comunicação – além dos citados, a telecomunicação, o rádio, o cinema e a televisão – implicou a unificação tecnológica das formas de produzir e imprimir a notícia, acelerando o processo de concentração da imprensa.

“As inovações técnicas, em busca de ampla divulgação, acompanham e influem na tendência à uniformidade. É interessante verificar o paralelismo entre o esforço técnico de produção, na imprensa, e o progresso dos meios de comunicação e de transporte, afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o do volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação têm oportunidade” (SODRÉ, 1983, p. 2).

Em meio a esta conjuntura, os veículos de comunicação procuravam desde a época supracitada obter mais informações por um preço menor (NATALI, 2015). Com base na melhoria da relação custo-benefício surgem as agências de notícias, cuja *“ideia consistiu em formar pools pelas quais um mesmo repórter ou equipe de repórteres produziram material para muitos órgãos de imprensa”* (NATALI, 2015, p. 30).

A primeira agência internacional foi a *French Havas Agency*, criada pelo francês Charles Havas em 1835, precursora da atual *Agence France-Presse (AFP)* (BRIGGS; BURKE, 2006; AGUIAR, 2008; NATALI, 2015; CAMARGO, 2008). Dezesesseis anos depois, um dos seus colaboradores, o alemão naturalizado britânico Paul Julius Reuter fundou a *Reuters*, em Londres. (AGUIAR, 2008; NATALI, 2015; CAMARGO, 2008). Ambas deram origem, respectivamente, às atuais *AFP* e *Reuters*, ainda hoje duas das maiores agências internacionais do mundo (AGUIAR, 2008; NATALI, 2015).

Bernard Wolff funda em 1849 a agência alemã *Wolff*, que 100 anos depois levaria à *Deutsche Presse-Agentur (DPA)*, atual agência nacional da República Federal Alemã. A *DPA* é o resultado da fusão de três outras agências que operavam no setor ocidental da Alemanha, a *Deutsche Nachrichtenagentur (Dena)*, *Süddeutsche Nachrichtenagentur (Suedena)* e a *Deutsche Pressedienst (DPD)* (AGUIAR, 2008; NATALI, 2015).

Em 1892, surge a primeira agência de notícia dos Estados Unidos e uma das maiores do mundo, a *Associated Press (AP)*, como resultado do *pool* de seis jornais de Nova York para a cobertura de eventos como a guerra norte-americana contra o México (1848-1850) (BRIGGS; BURKE, 2006; AGUIAR, 2008; NATALI, 2015).

Com base em um levantamento de Aguiar (2008), há pelo menos dez anos, as dez maiores agências de notícias do mundo – em números de clientes e em volume de material transmitido - são a britânica *Reuters*, as norte-americanas *AP* e *Bloomberg*, a francesa *AFP*, a espanhola *EFE*, a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata (ANSA)*, a alemã *DPA*, a russa *Telegrafnoe Agentstvo Sovetskogo Soiuza (ITAR-TASS)*, a japonesa *Kyodo* e a chinesa *Xinhua* (AGUIAR, 2008, p. 24).

Para efeito de contextualização e compreensão do papel que cada uma destas agências internacionais pode cumprir no cenário internacional, destaca-se a natureza institucional das mencionadas. Elas podem ser agências privadas – como *Reuters*, *Bloomberg*, *AP*, *DPA* e *ANSA*, sendo as três últimas são consórcios de veículos de imprensa, de modo que os acionistas também são clientes -, públicas – *AFP* e *EFE*, que são administradas por conselhos de representantes do governo e da sociedade civil dos respectivos países – e estatais – como a *Xinhua*, que é diretamente subordinada ao Departamento de Propaganda do Partido Comunista Chinês. Há também agências alternativas, ligadas ao Terceiro Setor, como ONGs e outras entidades (AGUIAR, 2008, p. 28).

Aos veículos de comunicação, as agências de notícias dão viabilidade econômica e informações, em tese, apartidarizadas – não por questão ética, mas mercadológica – ou com apenas um viés. No entanto, criam um noticiário homogêneo, sem pluralidade de enfoques e contextualização social, política, econômica e cultural, de acordo com os diversos públicos. Outro ponto a ser observado é o papel que as agências estatais cumprem: transmitir a visão oficial do Estado à imprensa doméstica e internacional. Ademais, as agências de notícias atuam como *agenda setting*⁶ - ou agendamento - no cenário internacional.

Ainda no bojo do fortalecimento de agências de notícias internacionais, um projeto que visava a reorganização dos fluxos globais de informação é lançado em 1977 por alguns agentes estatais – como governos e ONGs - com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A iniciativa, chamada de Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), é observada como uma guinada na relação Comunicação e Relações Internacionais.

⁶ O termo é utilizado para explicar a influência da mídia nas conversas e concepção de ideias dos cidadãos no cotidiano. Trata-se de um efeito social da mídia no processo de seleção e hierarquização na disposição sobre determinados temas. As ideias básicas deste estudo são originalmente de Lippmann, em 1922, e desenvolvida por McCombs e Shaw em *The agenda setting function of mass media*, em 1972.

As críticas à ordem da informação, em suma, baseiam-se em três pontos: (1) na existência de uma única via de informação, oriunda dos países desenvolvidos; (2) no monopólio de algumas corporações da mídia, que dominam o fluxo da informação no mercado mundial; (3) e na verticalização das notícias, que contribui para uma visão distorcida das regiões mais pobres do mundo (UNESCO, 1980; CAMARGO, 2008). Vale destacar que as agências de notícias internacionais cumprem papel relevante nesta concentração de poder.

A NOMIC se debruça sobre os problemas da Comunicação no mundo e esse esforço resulta no Relatório MacBride, também conhecido como *Many Voices, One World*, redigido por uma comissão formada por 16 membros de diversos países e publicado em 1980. Entre as propostas presentes no relatório sobressaem: (1) a eliminação do efeito negativo de certos monopólios, públicos e privados, em matéria de concentrações excessivas; (2) a pluralidade de fontes e canais de informação; (3) e o respeito pelo direito de todos os povos participarem do intercâmbio internacional de informações com base na igualdade, justiça e benefício mútuo (UNESCO, 1980; CAMARGO, 2008)

A iniciativa não alcança o êxito prático desejado, mas coloca o tema na agenda global. E a influência causada pela mídia nas relações internacionais a quem fez ser alçada à condição de agente no cenário internacional. Gilboa (2002) apresenta acima algumas ações e impactos causados por esta emergência. Enquanto Barnett e Duvall (2005), supracitados, defendem o poder produtivo, aquele capaz de influenciar outros agentes a partir das ideias e dos discursos, sem coação. Para que isso ocorra, porém, é necessário a eficácia na utilização dos meios de comunicação.

Após explanar sobre o contexto global, vale destacar a história da mídia brasileira para compreender este estudo. O *Correio Braziliense* simboliza o início da imprensa escrita no Brasil. O primeiro jornal do país é editado por Hipólito José da Costa em Londres e trazido de navio às terras brasileiras entre 1808 e 1822 (SODRÉ, 1983; NATALI, 2015). No mesmo ano, de 1808, surge a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que seria o primeiro jornal genuinamente brasileiro (SODRÉ, 1983; NATALI, 2015; ANJ, 2015). Em 1925, surge o *Diário de Pernambuco* (SODRÉ, 1983; NATALI, 2015), que circula até o presente momento, como o jornal mais antigo do país.

Já o jornalismo internacional no Brasil começa em 22 de junho de 1874, quando um telégrafo ligando o país à Europa foi instalado na época de Dom Pedro II. Três anos depois, a

agência *Reuter-Havas*, que reunia as atuais *Reuters* e *AFP*, abria uma sucursal no Rio de Janeiro, à época capital brasileira. Ainda em 1877, o *Jornal do Comércio* publicava as duas primeiras notícias internacionais no país, em simultâneo aos jornais europeus: a primeira informava que nos estaleiros ingleses havia fracassado a tentativa de lançar uma fragata encomendada pela Marinha brasileira ao mar; e a segunda anunciava a morte de um ex-embaixador britânico no Brasil (NATALI, 2015, p. 40-41).

Nesta época, curiosamente, devido ao alto fluxo migratório com destino ao Brasil, diversos jornais com foco em suas comunidades se instalam no país. Somente em São Paulo, eram 17 deles entre 1878 e 1901 (NATALI, 2015).

Avançando um pouco cronologicamente, as duas Grandes Guerras Mundiais são observadas de forma díspar pela mídia brasileira. Na Primeira Guerra (1914-1918), nenhum veículo de comunicação envia repórteres para acompanhar os combates; e logo acabam limitando-se a contextualizar, a depender das preferências ideológicas, os despachos que vinham das agências de notícias internacionais (NATALI, 2015). Já na Segunda Guerra (1939-1945), jornalistas brasileiros cobrem *in loco* a participação brasileira no conflito, como enviados especiais à Itália (NATALI, 2015).

A Ditadura Militar (1964-1985) – a qual *Estadão*, *Folha* e *O Globo* apoiaram, assumindo, décadas depois, o “*erro*” em seus editoriais - provoca uma hipertrofia na mídia brasileira. Os veículos de comunicação passam a sofrer represália ao abordar diversos assuntos domésticos e utilizam a editoria de assuntos internacionais como válvula de escape, despertando interesse da sociedade (NATALI, 2015). A redemocratização, todavia, faz com que a cobertura doméstica volte ao que se julga normal e, conseqüentemente, há diminuição de importância dos assuntos internacionais.

Mesmo assim, na época do regime militar brasileiro até poucos anos posteriores, um fenômeno internacional ganha destaque na mídia brasileira: a Guerra Fria (1945-1991). Afinal, a polarização entre duas superpotências, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), gerou diversos pequenos conflitos mundo afora, pautando os jornais e impondo a necessidade de uma melhor contextualização. O fim desta época apresentou os Estados Unidos como única superpotência e alterou a forma de lidar com os fatos.

Segundo Natali (2015), uma particularidade do *Estadão* é que o jornal até 1964 não publicava na primeira página notícias domésticas, apenas internacionais, o que, de certa forma, valorizava o jornalismo internacional. Entre os anos de 1960 e 1970, os grandes jornais mantiveram equipes com correspondentes: por exemplo, o *Estadão* - que duas décadas antes chegou a manter uma sucursal em Paris e possuía uma tradição mais sólida na área internacional – possuía dez correspondentes permanentes, a *Folha* possuía sete e *O Globo* mantinha equipe equivalente (NATALI, 2015).

No entanto, a crise brasileira da dívida externa no início da década de 80 e, posteriormente, o avanço da tecnologia e a chegada da Internet “revolucionam” o jornalismo internacional. Esses fatos reduzem a quantidade de profissionais no exterior e aumentam a celeridade dos despachos de agências de notícias internacionais, dando subsídios aos jornalistas que estão na redação para apurar e contextualizar estes materiais (NATALI, 2015). A ausência de correspondentes internacionais ou enviados especiais custa, porém, na perda de qualidade das editorias de assuntos internacionais dos veículos de comunicação.

Isso, todavia, gera preocupação. Na academia brasileira, há um esforço conjunto de acadêmicos, diplomatas e jornalistas para compreender a construção da notícia internacional na imprensa nacional. Para isso, um seminário é promovido, em 1999, na Universidade de Brasília (UnB), para avaliar as condições da produção da notícia, seu conteúdo e qualidade, bem como sua relação com o pensamento brasileiro em matéria internacional e todos os problemas financeiros e qualidades supracitados (SARAIVA, 2000, p. 186-188).

No Brasil, as agências de notícias surgem entre os anos 1960 e 1970, um período de grande inovação da imprensa. Elas têm características diferenciadas das agências de notícias internacionais mas, com elas, mantêm parcerias para trocas de produtos (MARQUES, 2014). Contudo, estas agências inserem-se no que a literatura classifica de agências regionais de informação (UNESCO, 1983; MARQUES, 2014).

A primeira agência de notícias brasileira foi a *Meridional*, criada pelo grupo *Diários Associados (DA)*, de Assis Chateaubriand, em 1931. Sua função original era distribuir conteúdo dos veículos de comunicação pertencentes ao grupo entre eles. Esta, contudo, só fornecia notícias nacionais. Em 2007, a *Meridional* é rebatizada como *DA Press* e passa a revender conteúdo para outros clientes (AGUIAR, 2014; OLIVEIRA, 2014). Os três principais veículos de comunicação do Brasil - *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S.*

Paulo - criam suas próprias agências, respectivamente, *Agência Estado*, em 1970; *Agência O Globo*, em 1973; e *Agência Folha*, em 1994. Esta última passa a ser denominada de *Folhapress*, em 2004 (OLIVEIRA, 2014).

As agências de notícias “*são empresas especializadas em coletar informações de interesse jornalístico dispersas, formatá-las como notícia e redistribuí-las para assinantes [os veículos de comunicação]*” (AGUIAR, 2008, p. 22). Já as brasileiras mencionadas acima são ligadas a conglomerados jornalísticos e não operam como agências de notícias propriamente ditas, mas como agenciadoras de notícias, ao existirem primordialmente para revender o conteúdo produzido pelos veículos de suas *holdings* e não para produzir material exclusivo aos clientes (AGUIAR, 2014; OLIVEIRA, 2014).

Com este modelo peculiar – denominado no mercado anglo-saxão como *syndication* - e distinto dos demais mercados mundo afora, pode-se dizer que não há um mercado expressivo de agências de notícias internacional de origem brasileira (AGUIAR, 2014). Apesar de não possuírem a mesma inserção no mercado externo que possuem no âmbito doméstico, como agências de notícias, os veículos de comunicação supracitados têm relevante ressonância no cenário internacional, por causa da dimensão que o Brasil alcança no mundo.

3.2. A mídia na (des)construção da imagem

Observa-se que a mídia passa a ter relevante impacto social nos séculos XX e XXI, com o avanço tecnológico dos meios de produção e a ampliação da disseminação de informação. Se a função básica da mídia é informar a sociedade sobre os acontecimentos em diversas localidades, pode-se dizer que, concomitantemente, também possui a capacidade de influenciar (McCOMBS; SHAW, 1972). Afinal, ao selecionar o que é ou não notícia e a forma hierárquica como isso é publicado – vide a ordem e o tamanho das matérias –, os veículos incutem ou omitem determinadas informações (ARBEX JR, 2002; GREGOLIN, 2007; NATALI, 2015).

Diante disso, Soroka (2003) aponta uma questão central no estudo dos efeitos da mídia: a capacidade de distinção entre os efeitos que são realmente acionados e os que são

indicadores do mundo real. Em suma, os efeitos da mídia, segundo o autor (2003), estão na lacuna que existe entre conteúdo de mídia e realidade. Em outras palavras, a mídia – como o próprio nome indica – desempenha um papel de mediação entre os leitores e a realidade, oferecendo – através dos discursos – uma construção simbólica da realidade e, por conseguinte, de uma “*história do presente*” (GREGOLIN, 2007).

“In the absence of a perfect real-world indicator, the media coefficient likely reflects both media effects - effects that are the product of the filtering and focusing, or the distortion, inherent in media coverage of real-world events - and effects that are more appropriately attributed to real-world events themselves” (SOROKA, 2003, p. 34).

A mídia seria, portanto, um agente com múltiplas funções: além de ser um dos principais canais entre a sociedade e os agentes políticos, é dotada de capacidade de influenciá-los. Diante disso, alguns governos passam a adotar estratégias políticas voltadas para a construção de imagens do Estado a partir da mídia.

Ademais, é também o principal meio pelo qual a maioria dos indivíduos recebe informações sobre assuntos internacionais, supõe Soroka (2003). “*A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos*” (SODRÉ, 1983, p. 7). Esta afirmativa é observada tanto na esfera doméstica quanto na internacional, visto que a mídia desempenha um papel significativo em determinar a atenção do público para assuntos externos (SOROKA, 2003).

Importante correlacionar: um veículo de comunicação pode ser compreendido como o reflexo epistemológico e metodológico da visão construtivista, na qual agentes – jornalistas, em suas diversas funções – e estrutura – a própria empresa – interagem e influenciam-se mutuamente na construção de ideias e de discursos, de acordo com suas identidades e interesses. Em suma, a mídia é mais do que apenas o canal de propagação de ideias e discursos de outros agentes, mas age, em algumas situações, como agente político e social e, por conseguinte, criador de discursos.

Desse modo,

“o controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa [...] – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e

política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações” (SODRÉ, 1983, p. 7).

Contudo, a velocidade na propagação e, conseqüentemente, a intensificação desta influência devem-se ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação. Castells (2002) avalia que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia ou a falta dela incorpora a capacidade de transformação das sociedades. Gregolin (2007) ressalta que as identidades são construções discursivas.

“A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas” (CASTELLS, 2002, p. 52).

A mídia pode ser compreendida como relevante agente social envolvida em processos de construções cognitivas coletivas, visto que, por um lado, serve como canal para discursos interessados e, por outro, seus discursos determinam significados a determinados fatos enquanto ocultam outros, construindo uma “definição de realidade” (GASTALDO, 2009; NOGUEIRA, 2012).

Com base nisso, supõe-se, portanto, que por meio da mídia pode-se manipular simbolicamente a sociedade, embora esta não seja facilmente perceptível (AGUILAR; COSTA, 2013). O agendamento é um exemplo disso e ocorre nos momentos que antecedem a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014, no Brasil, com a construção de uma narrativa negativa dos megaeventos, com foco em aspectos como atrasos nas obras, alto custo e possibilidade de fracasso na organização, o que não se refletiu, posteriormente, no andamento dos eventos.

Um exemplo pertinente de *agenda setting* que estaria por vir foi a capa do jornal *O Globo*, em 31 de outubro de 2007, dia seguinte ao anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo 2014: “*A Copa é nossa. Agora só faltam os aeroportos, as rodovias, os trens, os metrô, os estádios. E Pelé!*”. Com esta mensagem, o periódico passa do ufanismo às críticas acerca da infraestrutura, que permeiam as publicações ao longo dos anos seguintes.

Hobsbawn (2007), entretanto, resume brevemente a contradição da mídia.

“A imprensa verá cada vez mais como sua função a publicação daquilo que os governos prefeririam manter em silêncio, ao mesmo tempo em que

depende dos propagandistas das instituições que ela deve criticar para preencher suas telas e páginas. Aí está a ironia de uma sociedade baseada em um fluxo ilimitado de informações e lazer” (Hobsbawn 2007, p. 113).

Apesar da percepção de manipulação simbólica da realidade por parte da mídia, Aguilar e Costa (2013) observam que a mídia pode também ser fundamental em processos de construção da paz em países que passam por conflitos armados, ao auxiliar na catalisação de debates, solidariedades e mobilização de agentes em torno do problema. Ou quando age com o equilíbrio ao apresentar visões diversas sobre o mesmo assunto. Não trata-se de ignorar os problemas, mas de não focar apenas neles.

A cobertura do Jogo da Paz, no Haiti, pela mídia é um exemplo de como ela – junto à política externa - pode influenciar nas relações sociais e jogar luz aos problemas. Na *Folha*, em 19 de agosto de 2004, a matéria “*Seleção é ovacionada na capital do Haiti*” comentou sobre a Minustah e expôs as condições sociais do “*país mais pobre do hemisfério ocidental, de acordo com o Banco Mundial - 80% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza*” (SCOLESE; RANGEL, 2007) e evidencia o real objetivo da partida: angariar apoio ao CSNU, que é a prioridade da política externa do governo Lula da Silva.

A mídia, com sua capacidade de construir e propagar discursos – assertivos, com base em Onuf (1998) - em larga escala, assume um papel proeminente no cenário internacional. Afinal, não se trata apenas de um canal, mas – como observa-se acima – possui capacidade de influenciar tanto na construção quanto na desconstrução de imagens, identidades ou discursos. Portanto, a política externa de um Estado não está imune ao efeito deste agente.

No capítulo seguinte, pretende-se analisar a política externa brasileira, sob o modelo paradigmático apresentado por Amado Cervo, em geral, e com base no modelo logístico, em particular. Ademais, como a política externa instrumentaliza o Jogo da Paz, a Copa das Confederações 2013 e, sobretudo, a Copa do Mundo 2014 para alcançar seus objetivos.

4. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (HOLANDA, 2014, p. 192)

Com base nos paradigmas desenvolvidos por Amado Cervo (2000; 2003; 2008; 2012), desde a independência em 1822 até a atualidade, o Brasil adota quatro modelos de inserção internacional – liberal-conservador (1810-1930), desenvolvimentista (1930-1989), neoliberal ou normal (1990-2002) e logístico (2002-2014) -, influenciado por fatores endógenos e exógenos, que nortearam as relações do Estado brasileiro com outros agentes internacionais estatais ou não.

Importante destacar que a análise desses paradigmas obedece a características peculiares – como historicidade, construção social, mensagem positiva e metodologia própria (CERVO, 2003) -, sem, todavia, desprezar elementos pertinentes à teoria construtivista, que também embasa este estudo. Destaca-se que a pesquisa foca no espaço temporal de 2003 a 2014, no qual vigora o Estado logístico, analisando as eras Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

Antes, uma breve contextualização dos modelos. À época da independência, o Brasil mantém herança colonial tanto socioeconômica quanto jurídico-política com Portugal, condicionado ao Reino Unido, mantendo, desta forma, um paradoxo de subserviência e soberania (CERVO, 2003; 2008; CERVO; BUENO, 2012). Para os dirigentes liberais-conservadores, a sociedade é formada por dois estratos sociais: os grandes proprietários das terras e donos do poder; e o resto da sociedade – escravos, ex-escravos, trabalhadores livres, imigrantes, etc. (CERVO, 2003).

Os grandes proprietários, ao firmarem tratados com potências capitalistas, abrem o mercado nacional aos manufaturados europeus e se voltam para atividades primárias (CERVO, 2003) com base na diplomacia da agroexportação, limitando-se ao cultivo de café, açúcar, couro, minérios e outros bens primários (PATRÍCIO, 2012). Três fatores predominantes compunham as relações internacionais, da independência até meados de 1930: *“a percepção dos interesses nacionais, as relações econômicas internacionais e os impactos sobre a formação nacional”* (CERVO, 2003, p. 8).

A derrocada deste paradigma ocorre em boa parte pela ascensão de novas massas urbanas, que não são absorvidas ou não possuem ligação com o setor agroexportador, e, concomitantemente, pela conjuntura desfavorável entre guerras (CERVO, 2003).

No fim da Primeira Guerra Mundial, a lógica que paira na Europa é o protecionismo, enquanto os países latino-americanos ficam abertos, muito por causa da dependência centro-periferia que move as relações entre as regiões. A década de 1930 já inicia em meio à Grande Depressão - iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929 - e termina com o início da Segunda Guerra Mundial, que devasta o continente europeu.

Não obstante a isso, a América Latina revela dinamismo econômico com processo de modernização (CERVO, 2003). O Brasil inicia um processo de industrialização, com base na substituição de importações, e abandona a estrutura socioeconômica centrada na agroexportação primária e na formação social conservadora sustentada nos proprietários de terras (CERVO, 2003; 2008; BERNAL-MEZA, 2015). Este novo paradigma teve apoio do pensamento diplomático, da mídia e da sociedade, que reivindica melhorias de vida (CERVO, 2003).

Diante disso, a mudança paradigmática de inserção internacional para o desenvolvimentismo ocorre como movimento espontâneo entre as décadas de 1930 e 1940, sob a presidência de Getúlio Vargas, e apresenta traços comuns de componentes teóricos em diversos países latino-americanos, como:

“a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências” (CERVO, 2003, p. 12).

Cervo (2003) pontua três componentes que caracterizam o perfil deste novo paradigma: consciência da transição, desenvolvimento como vetor da política externa e realismo de conduta. Desse modo, as relações exteriores ganham nova funcionalidade, como realizar os interesses da sociedade, conceber o desenvolvimento como expansão da indústria e ampliar a eficiência da política externa, com autonomia decisória, cooperação externa, política comercial flexível e não doutrinária, subordinação da política de segurança aos fins econômicos e negociações simultâneas com diversos agentes estatais (CERVO, 2003). Em

suma, o principal objetivo da política externa à época visa especificamente a contribuir com o desenvolvimento nacional (BERNAL-MEZA, 2008).

Ao contrário dos liberais-conservadores, os desenvolvimentistas analisam a sociedade a partir do conceito de sociedade complexa, em transformação (CERVO, 2003). Nesta situação, o Estado assume um papel de satisfazer a necessidade de diferentes extratos sociais e, conseqüentemente, torna-se o vetor da política externa, colocada totalmente a serviço do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimentismo é o modelo de inserção por cerca de 60 anos, agregando racionalidade ao processo de industrialização do país, mas exibindo vícios graves, devidos à demasiada introspecção: *“alto grau de protecionismo do mercado de consumo, com baixa produtividade dos sistemas produtivo industrial e de serviços, instabilidade monetária, endividamento externo e estagnação econômica”* (CERVO, 2012, p. 39).

Apesar da ideia da dependência centro-periferia que outrora vigorava nas relações entre os hemisférios, o desenvolvimentismo apresenta exaustão na década de 1980, não apenas pelos motivos supracitados, como também pelo fim da era de ditaduras e, por conseguinte, a restauração da democracia (CERVO, 2000). Nesta época, eclode a crise brasileira da dívida externa, que assola também diversos estados latino-americanos.

Em meio à implementação das diretrizes neoliberais convencionadas como Consenso de Washington, em 1989, emerge o modelo neoliberal ou normal⁷. Aliado a isso, há a ascensão de presidentes neoliberais em diversos estados latino-americanos e a instalação de monetaristas, muitos deles oriundos da Escola de Chicago⁸, em postos decisórios (CERVO, 2000; 2003; BERNAL-MEZA, 2002). Estes dois fatores – o primeiro exógeno e o segundo endógeno – são as gêneses da mudança de paradigma. Só para constar: no Brasil, quem assume a presidência é Fernando Collor de Melo (1990-1992).

Se, durante o modelo desenvolvimentista o Estado fica no epicentro; no neoliberal, há uma redução da funcionalidade estatal. Os monetaristas confiam ao Estado a função de prover

⁷ Para os dirigentes argentinos – os primeiros a adotar tal modelo –, ser normal significava romper com os princípios da autodeterminação e da não intervenção, em favor de uma ordem regulada por relações de força e, ademais, sujeitar a estrutura econômica interna e os padrões de inserção econômica internacional aos dogmas do Consenso de Washington (CERVO, 2000, p. 6).

⁸ Escola pertencente à Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, que refletia o pensamento do liberalismo econômico.

a estabilidade econômica, reduzida a estabilidade monetária; e ao mercado a promoção do próprio desenvolvimento (CERVO, 2003).

O conjunto de diretrizes denominado Consenso de Washington, de forma genérica, promove a privatização de empresas estatais, a abertura do mercado e dos sistemas financeiros (CERVO, 2000; 2003; 2012; BANDEIRA, 2002; CERVO; BUENO, 2012). “A abertura econômica resultou com o tempo em modernização das plantas industriais e aumento da competitividade sistêmica global da economia brasileira” (CERVO; BUENO, 2012, p. 526). Sob este modelo, o Brasil elege multilateralismo e parcerias estratégicas como foco de ação, embora de forma instável ao longo do tempo.

“A eleição de ‘parcerias estratégicas’, contanto que com sócios preferenciais, foi resultado da nova formulação e implementação da política exterior, cuja síntese era o universalismo seletivo, no qual se percebe a necessidade de levar adiante aproximações específicas (eleitas como opção) que permitem alcançar objetivos comuns com potências regionais semelhantes, tirar proveito de oportunidades e enfrentar desafios” (BERNAL-MEZA, 2002, p. 40).

Cervo (2003) avalia que na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve paradoxalmente uma coexistência de paradigmas: o desenvolvimentista, o neoliberal – que prevalece sobre os demais - e o logístico. O neoliberal não é unanimidade nem dentro das estruturas que o operacionalizavam, ressalte-se, o Ministério das Relações Exteriores (CERVO, 2003), nem em diversos setores da sociedade civil, inclusive, os meios de comunicação que criticam, em editoriais, o governo por não promover um interesse nacional (CASARÕES, 2012).

A fadiga do neoliberalismo acarreta na ascensão democrática de governos com espectros ideológicos à esquerda⁹ e oriundos dos meios sociais. Características estas da transição da maioria dos países da América Latina, entre o fim do século XX e o início do século XXI (BERNAL-MEZA, 2000; SARAIVA, 2002; CERVO, 2000; 2012). Somado a isso, Cervo e Bueno (2012) apontam três casualidades para a consolidação do Estado logístico no Brasil: o nível avançado de articulação entre diversos grupos da sociedade, dando suporte à convergência do interesse nacional, como soma dos interesses setoriais; as estabilidades política e econômica; e a organização dos agentes econômicos e sociais.

⁹ Com base em Bobbio (1995) e Bresser-Pereira (1997), de esquerda é quem defende a justiça social ou, neste caso, quem luta por uma distribuição de renda mais igualitária. De direita é quem privilegia a ordem, a segurança e a estabilidade em relação à justiça social.

4.1. Estado Logístico

Para Cervo (2003; 2008; 2012), o logístico diferencia-se do modelo neoliberal por dividir poder e responsabilidade com diversos agentes da sociedade na defesa dos interesses e não apenas na provisão da estabilidade econômica. Adotando esse modelo de inserção internacional, que concilia os modelos desenvolvimentista e neoliberal, o Estado brasileiro amplia o protagonismo em termos globais e avança em políticas sociais (BERNAL-MEZA, 2015). Antes de mais,

“Logístico é aquele estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais, aos quais repassa responsabilidades e poder” (CERVO; BUENO, 2012, p. 529).

Os dirigentes logísticos tomam consciência do papel do Estado – que ganha maior dimensão -, ao requisitarem a ação política com a finalidade de realização de interesses nacionais e contribuem para uma suposta reforma da ordem internacional, tendo, a priori, ideias e valores como pressupostos que embasam a ação externa do Brasil (CERVO, 2012; 2008).

Outros componentes endógenos e exógenos deste modelo de inserção são multilateralismo da reciprocidade, integração regional, internacionalização econômica, abertura do mercado de consumo e dos sistemas produtivos e de serviços, agência de fomento, ascensão da sociedade, estabilidade monetária e competitividade sistêmica global (CERVO, 2012; BERNAL-MEZA, 2015), com interesse no desenvolvimento nacional e na influência à governança global.

Partindo destas premissas, o Brasil elege fóruns de diálogos com estados emergentes, como os BRICS¹⁰, o IBAS¹¹ e na integração regional, com a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), como prioridades, visto que estas *“coalizões emergentes [...] são*

¹⁰ Trata-se de um acrônimo para *Brazil, Russia, India, China* e, posteriormente, *South Africa*. A tese foi lançada pelo economista Jim O'Neill do grupo Goldman Sachs, em 2001, com a finalidade de distinguir economias emergentes. O grupo se tornou um fórum de diálogo entre os estados e, posteriormente, lançam as bases para a formulação de um Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) próprio.

¹¹ Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

responsáveis por importante aporte de poder” (CERVO, 2012, p. 56). Além disso, instrumentaliza a agência de fomento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizar investimentos em estados aliados estratégicos e empresas brasileiras no exterior, principalmente, na América Latina e na África.

O Jogo da Paz, entre Brasil e Haiti, em Porto Príncipe, capital haitiana, em 2004, a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014, ambas no Brasil, são exemplos de como a política externa – com o suporte de outros agentes - instrumentaliza o esporte para apresentar-se como *global player*. Mas também como outros agentes, como a mídia, também se utilizam de tais eventos. Importante destacar que a Copa das Confederações trata-se de um evento teste para o Mundial de Futebol, ou seja, a realização do segundo implica diretamente na realização do primeiro.

As gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff são as condutoras deste modelo de inserção internacional, pese embora as disparidades dos dois governos. CerVO e Lessa (2014) avaliam o governo Rousseff como um período de “*declínio*”, em comparação com os mandatos de Lula da Silva caracterizados como período de “*ascensão*”.

4.1.1. Era Lula da Silva

Ao assumir a Presidência do Brasil, Lula da Silva aproveita o embalo do modelo que Cardoso ensaia e o consolida, associando um elemento exógeno, o liberalismo, a outro endógeno, o desenvolvimento brasileiro (CERVO, 2003). Lula da Silva implementa, portanto, uma agenda desenvolvimentista – de integração regional e interesse nacional, com viés social -, sem romper com as bases liberais de estabilidade monetária, estímulo ao investimento estrangeiro e abertura dos mercados.

A política externa na era Lula da Silva adota estratégias e alianças distintas das utilizadas por Cardoso, recuperando, inclusive, a autonomia decisória na esfera política e reforça o núcleo duro da economia nacional, relegada durante o modelo anterior (CERVO; 2003; CERVO; BUENO, 2012). Internamente, há uma pluralidade de agentes sociais, políticos e econômicos - como ONGs, partidos, parlamentares, empresas, sociedade civil e indivíduos – na formulação e execução da política externa, com compartilhamento de

responsabilidades entre os agentes (CERVO, 2003; BERNAL-MEZA, 2010; PATRICIO, 2012; CASARÕES, 2012; SARAIVA, 2013).

Externamente, fortalece o vínculo com países emergentes, internacionaliza a economia brasileira e intensifica a presença internacional do Brasil, com diversas viagens presidenciais, ampliação de representações diplomáticas - sobretudo, na África - e a instrumentalização do que Barnett e Duvall (2005) chamam de poder produtivo, através do futebol e da cultura (CERVO, 2003; 2012; CASARÕES, 2012; SARAIVA, 2013).

Tabela B – Viagens presidenciais de Lula da Silva

Anos	Viagens	Países	Dias
2003	18	35	64
2004	14	21	43
2005	17	28	52
2006	14	16	33
2007	21	35	60
2008	21	35	75
2009	28	44	90
2010	15	35	49
Total	148	249	466

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República

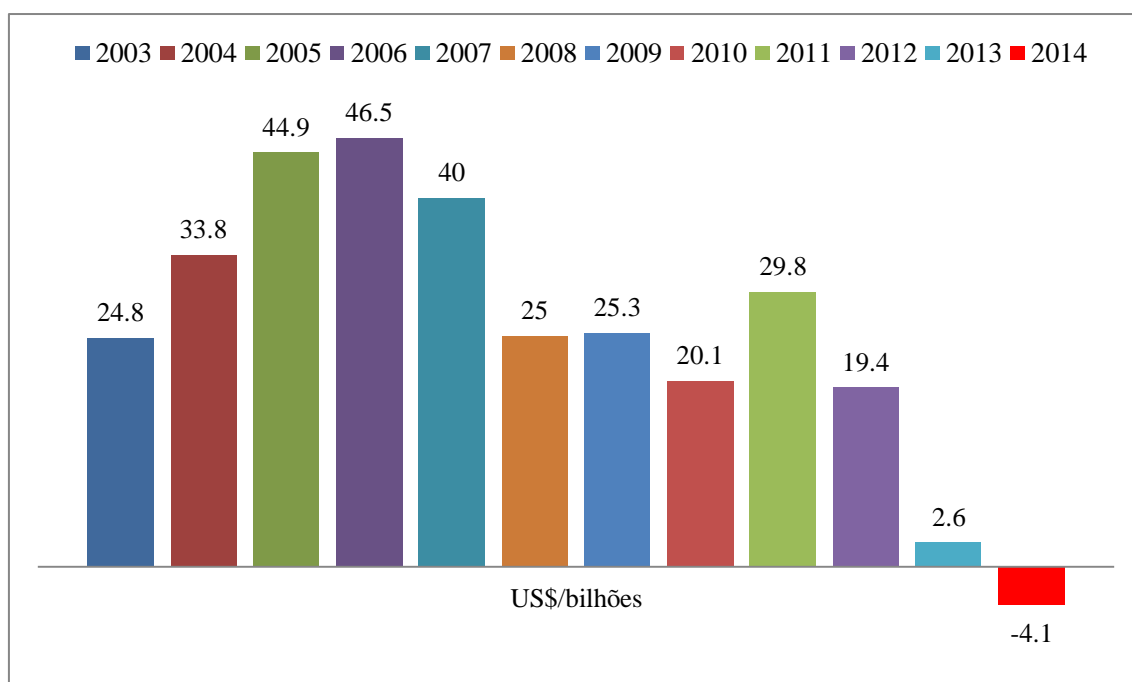
Lula da Silva realiza viagens a 249 países entre compromissos bilaterais e fóruns multilaterais nos dois mandatos – sendo 100 países entre 2003 e 2006, passando 192 dias em atividade exterior, o equivalente a pouco mais de um semestre, e mais 149 países, entre 2007 e 2010, segundo mandato. Ressalta-se, entre todas as localidades, diversas idas a países vizinhos e, sobretudo, a países africanos e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com os quais estreita os vínculos.

A visão subjacente às ações da política externa, que possui forte base nas relações econômicas, durante este período pode ser observada nesta afirmativa de Cervo e Bueno (2012, p. 528): *“O liberalismo de mercado com regras de reciprocidade de benefícios, a expansão dos negócios no exterior pela via do comércio e da internacionalização de empresas brasileiras e, enfim, o reforço de poder para influir sobre o ordenamento global”*.

Além das altas demandas comerciais da China, como parte da política de diversificação das exportações do Brasil e da implantação da “nova geografia comercial”, o

governo busca a ampliação do comércio com parceiros não tradicionais, especialmente, na África e no Oriente Médio (ALMEIDA, 2010). O *boom* das *commodities* também colabora para um contexto favorável ao Brasil.

Gráfico 1 – Balança comercial brasileira no período 2003-2014 em bilhões



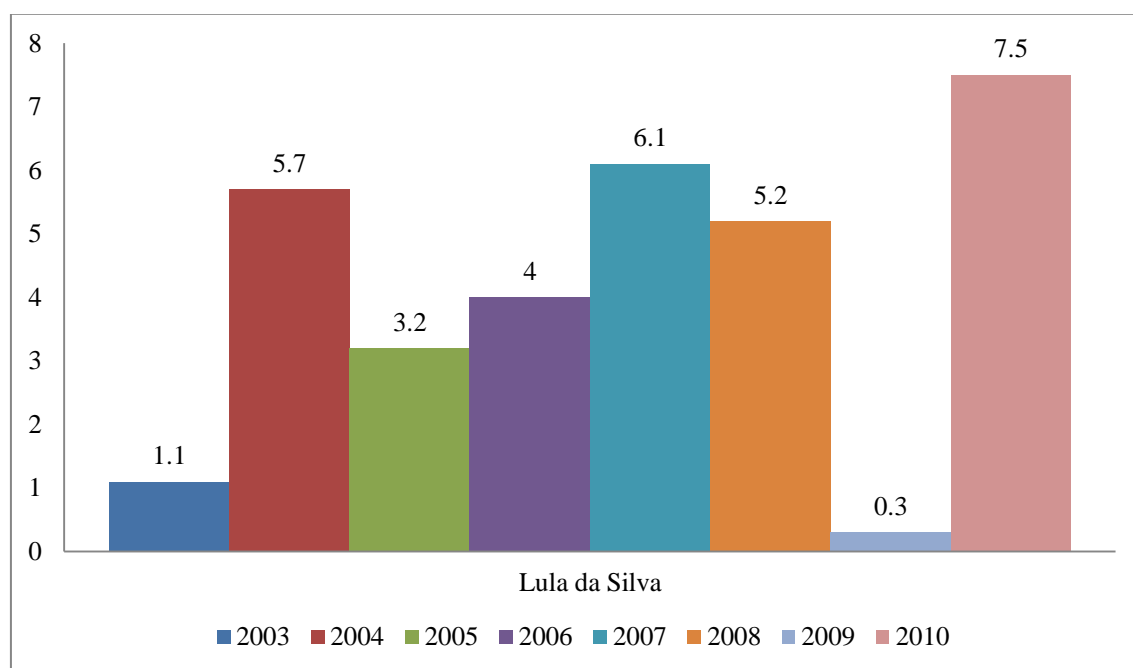
Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do MDIC

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), durante o primeiro mandato de Lula da Silva, o superávit comercial do Brasil aumenta: sai de US\$ 24,8 bilhões em 2003 para atingir o recorde histórico de US\$ 46,5 bilhões em 2006. Entretanto, em 2010, no último ano de mandato - quando a crise econômica mundial, que começa em 2008, ainda reverberava nos países desenvolvidos - cai para US\$ 20,1 bilhões (MDIC, 2013).

Só para destacar a questão econômica, o governo Lula da Silva, em seu primeiro mandato, apresenta taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2003, 5,7% em 2004, 3,2% em 2005 e 4% em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No segundo mandato a economia tem desempenho ainda melhor, com exceção de 2009, quando a recessão intensifica em diversos países desenvolvidos. O Brasil alcança 6,1% em 2007, 5,2% em 2008, 0,3% em 2009 e 7,5% em 2010, ainda segundo o

IBGE. Em suma, o PIB no período cresce em média 4,1% ao ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002: 2,4% ao ano (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Gráfico 2 – Evolução do PIB brasileiro durante o governo Lula da Silva em porcentagem



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do IBGE

O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim (2005), destaca que a intensidade da atividade diplomática torna-se geradora e reflexo da mudança da política externa brasileira. Anos antes, durante a posse, Amorim (2003) apresenta a ideia subjacente ao modelo, com um discurso diretivo.

“A política externa não é só responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo. Ela envolve a sociedade como um todo. Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais – trabalhadores, empresários, intelectuais – e entidades da sociedade civil. [...] Não fugiremos de um protagonismo engajado, sempre que for necessário para a defesa do interesse nacional e dos valores que nos inspiram” (AMORIM, 2003, p. 2-14).

Lula da Silva, todavia, foi um dos agentes fundamentais desta atividade ao promover essa interação, junto com agentes econômicos brasileiros, na estrutura internacional e no fortalecimento de canais de diálogos com outros agentes não apenas em reuniões bilaterais,

mas também em fóruns multilaterais (SARAIVA, 2000). Além do impulso na construção da liderança regional, ao incluir na agenda um projeto que articula os processos de cooperação e integração regional às perspectivas de desenvolvimento nacional, e recuperando parcialmente os princípios da não-intervenção (SARAIVA, 2000).

No bojo deste poder produtivo, pode-se avaliar a propagação da identidade e de elementos intrínsecos à cultura brasileira, como samba, capoeira, novelas e, sobretudo, o futebol. De alguma forma, todos – em maior ou menor grau – são utilizados para vender a imagem do Estado brasileiro.

Duas características da política externa no governo Lula da Silva tornam a ação externa propícia a críticas da mídia de massa: a personificação da mesma pelo chefe de Estado e a pluralização dos agentes na elaboração e execução dos assuntos externos. *“Mais do que apenas um campo de batalha de ideias, os veículos de mídia mais proeminentes do Brasil têm desempenhado um papel ativo contra a política externa de Lula, embora eles tivessem uma capacidade limitada de definição de agenda”* (CASARÕES, 2012, p. 213).

O mesmo autor (2012) destaca o tom crítico da mídia em relação a Lula da Silva e avalia que a pluralização dos agentes com participação nos assuntos externos permite colocar a política externa no topo da agenda da imprensa. Ressalta-se que, apesar das críticas, durante esta época, o Brasil alcança relevante *status quo* e passa a influir no ordenamento internacional.

O interesse implícito a esta articulação era se tornar membro permanente do CSNU, com esta finalidade, o Brasil reforça a identidade de “país pacífico” e “país amante da paz”, além do “país do futebol”, a junção destas identidades embala a participação brasileira na Minustah e até a candidatura brasileira a sede da Copa do Mundo 2014. Contudo, Malamud e Rodriguez (2013) salientam que o Brasil, externamente, possui simultaneamente outras identidades: “economia em desenvolvimento”, “mercado emergente” e “potência regional”.

Apesar de o apelo à identidade, o desafio criativo deste modelo, segundo Cervo (2003; 2012), é reforçar o núcleo econômico e, por conseguinte, abrir o caminho à internacionalização das empresas domésticas, o que se torna uma das vertentes da expansão global. Diante disso, Lula da Silva vislumbra nos vizinhos latino-americanos, no continente

africano e na China oportunidades de ampliar o mercado brasileiro e atrair megaeventos como catalisadores de investimentos.

Assim como a integração regional – com foco no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e secundariamente na UNASUL – e as relações com países emergentes – como BRICS e IBAS, observa-se no discurso de posse de Lula da Silva a construção simbólica e as prioridades do governo brasileiro durante sua gestão.

“A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. [...] Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul.[...] Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras” (LULA DA SILVA, 2003, p. 9-10).

Neste caso, a declaração do presidente pode ser interpretada como atos de compromissos. Apesar de o discurso ser favorável à integração e das características potenciais do Brasil, estas não se traduziram em ações efetivas (SARAIVA, 2013), relegando os vizinhos a segundo plano, em detrimento das relações comerciais com a Europa e os Estados Unidos (BRIGADÃO; SEABRA, 2009). Corroborando com isso, Malamud e Rodriguez (2013) destacam que o Brasil torna-se protagonista no sistema internacional, porém não alcança o mesmo protagonismo, que deseja, na região.

“The paradox is that the vision of Lula’s foreign policy was close to neoliberalism, when he believed that cooperation through institutions and international agreements (UN, WTO, G-20, etc.) could soften the effects of anarchy and the imposition of imperial power; but Lula was also purely realistic when pursued building alliances to face the challenge that the rise of new powers imposed to hegemony” (BERNAL-MEZA, 2010, p. 201).

O Brasil consegue ascender de patamar no sistema internacional e, por vezes, influenciar na balança de poder, pese embora não tenha alcançado a liderança regional, como vislumbra. Articula junto a outros agentes e obteve o direito de sediar a Copa do Mundo 2014 – e, por conseguinte, a Copa das Confederações 2013 - e os Jogos Olímpicos Rio 2016, o que lhe trouxe mais visibilidade e atrai agentes econômicos. A reboque, a mídia passa a fiscalizar mais de perto e a explorar os problemas.

O discurso do então ministro do Esporte, Orlando Silva (2006-2011), na cerimônia de assinatura da Matriz de Responsabilidades da Copa 2014, ainda em 2010, visa promover o Estado, soando tanto como um convite a parceiros econômicos interessados em investir na realização do megaevento, quanto como discurso diretivo.

“A Copa é oportunidade para o mundo conhecer mais a nossa nação: seu povo único, belezas naturais, tradições culturais e sítios históricos. Mais que isso, é a grande oportunidade para mostrarmos ao mundo um pouco mais de um país moderno, democrático, seguro para investimentos e que vive um desenvolvimento social impressionante. A promoção do Brasil é desafio que envolverá todas as esferas de governo, quando tomarão parte vários órgãos, com destaque para Embratur [Instituto Brasileiro de Turismo] e a Apex [Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos], além da participação fundamental da sociedade brasileira. A Copa que realizaremos exige melhorias na infraestrutura do país” (SILVA, 2010, p. 1).

Dois elementos cruciais permeiam o discurso: a identidade brasileira e a ideia de desenvolvimento econômico. O primeiro – junto com o futebol – é instrumentalizado com o objetivo de alcançar o segundo. Entretanto, a esta altura, o terreno já está sendo preparado para a sucessora, Dilma Rousseff, que estaria na Presidência da República durante estes megaeventos.

4.1.2. Era Dilma Rousseff

A eleição de Rousseff em 2010 teve como base a manutenção do projeto do antecessor. Sob a gestão dela, o Brasil dá continuidade ao modelo logístico, pese embora sem a mesma ênfase na política externa e no comércio exterior, nem o mesmo ativismo internacional – em suma, com menor densidade do que outrora. A conjuntura internacional adversa, o perfil nacionalista de Rousseff, os desafios domésticos e até erros de condução de algumas políticas podem explicar essa redução de protagonismo (MALAMUD, 2011; CORNETET, 2014; CERVO; LESSA, 2014).

O discurso de posse denuncia essa fase. Com breve menção, Rousseff destaca a manutenção do foco na América do Sul, nos países emergentes e, ademais, na defesa dos Direitos Humanos, relegado durante o governo Lula da Silva em prol de outras prioridades.

“Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo” (ROUSSEFF, 2011). Esta declaração pode ser compreendida como um ato diretivo.

Tabela C – Viagens presidenciais de Rousseff

Anos	Viagens	Países	Dias
2011	13	17	43
2012	14	15	39
2013	17	18	32
2014	8	12	24
Total	52	62	138

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República

Rousseff realiza em seu primeiro mandato viagens a apenas 62 países, passando 138 dias em atividade externa. Os vizinhos sul-americanos são os destinos mais visitados. Em comparação ao primeiro mandato do seu antecessor, a presidente realizou 38 agendas no exterior a menos e permanece 54 dias a mais no Brasil, demonstrando menos ativismo internacional. Outra curiosidade que pode ser percebida também quanto ao antecessor é que os dias fora do país diminuem em anos eleitorais, como 2006, 2010 e 2014.

O então ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota (2011-2013), em seu discurso de posse – em ato de compromisso -, mantém a retórica do governo anterior, ao reiterar a questão geopolítica, com foco na América do Sul e na integração regional.

“Ancorados em nosso entorno sul-americano, teremos a nossa disposição um MERCOSUL robusto e uma UNASUL crescentemente coesa. Compete-nos completar a transformação da América do Sul em um espaço de integração humana, física, econômica, onde o diálogo e a concertação política se encarregam de preservar a paz e a democracia. Onde os elos que vimos estabelecendo entre nossas classes políticas, nossos setores privados e nossas sociedades contribuirão para uma região cada vez mais unida no propósito de oferecer melhores condições de vida a nossa gente” (PATRIOTA, 2011, p. 2).

Entretanto, o único país sul-americano citado pelo chanceler foi a Argentina, com a qual reafirma a parceria estratégica e é o primeiro destino de viagem presidencial. “*Se postula a la región como un espacio de integración humana, física y económica, pero sólo de diálogo y concertación en lo que hace a la política: la reluctancia brasileña en compartir soberanía queda así, diplomática pero abiertamente, a la luz*” (MALAMUD, 2011, p. 176). Ademais,

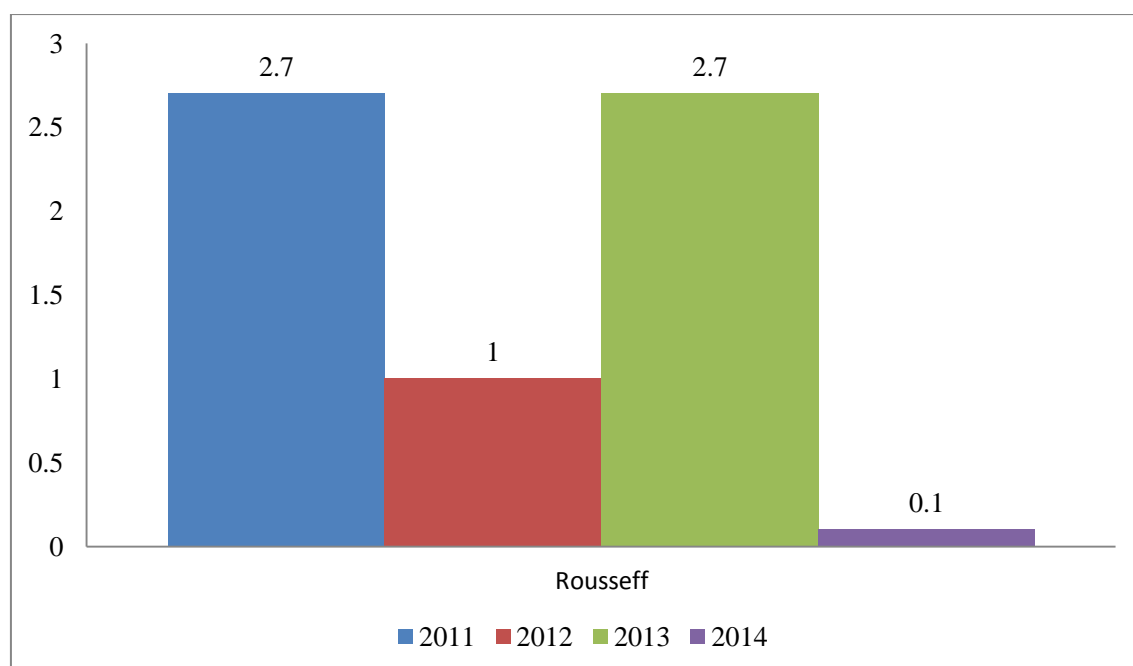
Patriota menciona a manutenção das relações com países emergentes, pontuando o BRICS e o IBAS.

Vale mencionar que durante o primeiro mandato de Rousseff, o Brasil teve três chanceleres – além de Patriota, Eduardo dos Santos (interinamente, por dois dias em 2013) e Luiz Alberto Figueiredo (2013-2015), o que representa, indiretamente, rupturas na linha de pensamento e atuação da política externa por mais que a condução de tal política perpassasse por outros agentes.

De acordo com dados do MDIC, durante o primeiro mandato de Rousseff, a balança comercial apresenta uma relevante queda: saiu do superávit de US\$ 29,8 bilhões em 2011 para um déficit de US\$ 4,1 bilhões em 2014 (ver Gráfico 1). Cervo e Lessa (2014) destacam que a ausência de política de comércio exterior conduz o Brasil à queda do ritmo de crescimento. Contudo, dois setores andam por si, apesar da inércia estatal: o agronegócio e a internacionalização das empresas brasileiras (CERVO; LESSA, 2014).

Do ponto de vista econômico, o governo Rousseff apresenta queda sensível nos índices do PIB em relação aos alcançados na era Lula da Silva, com 2,7% em 2011, 1,0% em 2012, 2,7%¹² em 2013 e 0,1% em 2014, de acordo com o IBGE.

Gráfico 3 – Evolução do PIB brasileiro durante o governo Rousseff em porcentagem



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do FGV/IBGE

¹² Posteriormente, o IBGE revisou para 3%.

Neste caso, há de se considerar fatores externos como a conjuntura internacional desfavorável, mas também internos, como o enfraquecimento no diálogo entre Estado e agentes econômicos.

“Após uma fase de ascensão do país como potência emergente, a inserção internacional do Brasil entra em declínio entre 2011 e 2014. As causas que determinam a mudança e a nova tendência localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública com perda da capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do Brics” (CERVO; LESSA, 2014, p. 149).

Além dos problemas citados acima, destaca-se a baixa inovação, a baixa competitividade dos sistemas produtivos e de serviços – por questões burocráticas, infraestruturais e econômicas também – e até o governo de coalizão vigente no Brasil, que distribui cargos públicos em troca de apoio partidário, o que, implicitamente, abre o canal da corrupção (CERVO, 2012).

Esses fatores corroboraram para o prelúdio de uma quebra de confiança entre Estado e agentes. E, com o estímulo midiático, o governo Rousseff lida com ebulições sociais, quando diversos agentes sociais foram às ruas reclamar por motivos díspares entre 2013 e 2014. *“A imagem do país se deteriora e a inserção internacional, de desafio enfrentado com sucesso, tende a malograr quanto à expectativa de associar o externo ao interno com o fim de promover o desenvolvimento da nação e o bem estar de seu povo” (CERVO, 2014, para. 9).*

4.2. O Jogo da Paz, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo: instrumentos da política externa brasileira

A política externa brasileira compreende a relevância do esporte e, sobretudo, do futebol – tema secundarizado na política externa de muitos países (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; RESENDE, 2010; SUPPO, 2012; EDEN, 2013) - como ferramenta de ação exterior e, ao longo do tempo, transforma-o em um dos principais mecanismos de promoção

da imagem do Brasil no cenário internacional para atrair e influenciar outros agentes, com objetivos políticos ou econômicos.

“O esporte favorece e fortalece vínculos de aproximação dos povos. A comunhão de afinidades e a conquista de simpatias transbordam para instâncias governamentais, empresariais e jornalísticas, otimizando os recursos de natureza esportiva na comunicação social do poder público, na propaganda institucional, na divulgação internacional dos países e na geração de oportunidades mercadológicas” (VASCONCELLOS, 2011, p. 21).

Sem relação cultural-identitária histórica com o Brasil, o Haiti, país mais pobre do continente americano, necessita da intervenção da ONU para reparar problemas de desestruturação do Estado, após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminam no exílio do então presidente Jean-Bertrand Aristide na África do Sul (PATRIOTA, 2010; AGUILAR; COSTA, 2013). Aceitar o desafio de liderar a Minustah representa um ponto de mudança na política externa do Brasil (AMORIM, 2005; SARAIVA, 2010; MILANI *et al.*, 2014).

O objetivo central da Minustah, durante o período transitório, era viabilizar a eleição presidencial de 2006, propiciando a substituição do governo provisório, pelo presidente vencedor: René Préval, que, em sua segunda viagem internacional, visita o Brasil (SEITENFUS, 2008). Além das presidenciais de 2006 e 2010, a Minustah atua na reconstrução do estado caribenho e, após o terremoto de 2010, na construção de hospitais, escolas e rodovias; redução da criminalidade e estabilização do conflito interno; apoio na formação da Polícia Nacional Haitiana; e fortalecimento do ambiente político-institucional (PATRIOTA, 2010; DEFESA, 2014).

Apesar de inicialmente não querer participar da missão, vide se tratar de uma imposição da paz, criada pela Resolução n.º 1.542 do CSNU, em 2004, baseada no Capítulo VII da Carta da ONU, o Brasil aceita. A política externa brasileira no campo dos Direitos Humanos há tempos vem sendo pautada pelos princípios da “*autodeterminação dos povos*” e da “*não intervenção*” disposto no Artigo 4º da Constituição Federal de 1988¹³. Porém, durante

¹³ Art. 4º da CF 88: A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (I) independência nacional; (II) **prevalência dos direitos humanos**; (III) **autodeterminação dos povos**; (IV) **não-intervenção**; (V) igualdade entre os Estados; (VI) defesa da paz; (VII) solução pacífica dos conflitos; (VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo; (IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (X) concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a

o governo Lula da Silva, passa a agregar a noção de “*não indiferença*” (AMORIM, 2005; SARAIVA, 2010; MILANI *et al.*, 2014; BRASIL, 2016).

O então chanceler brasileiro explica, em um discurso diretivo, que

“do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que países vizinhos e amigos demonstrem disposição de colaborar [...], sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social” (AMORIM, 2005, p.8).

A pedido de Lula da Silva, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) concorda em realizar o Jogo da Paz entre a seleção brasileira e a haitiana, no Estádio Sylvio Cator, em Porto Príncipe, em 2004, com direito a desfile de Roberto Carlos, Ronaldo e Ronaldinho Gaúcho - que naquele ano ganha o prêmio de Melhor Jogador do Ano pela Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA) – em blindados pelas ruas da capital haitiana. O resultado de 6 x 0 para o Brasil é secundário. A realização da partida transmite a mensagem de que o governo brasileiro está disposto a contribuir com a estabilização do Haiti, chamar a atenção da opinião pública para relevância da operação e, conseqüentemente, melhorar a sua própria imagem (RESENDE, 2010), mas o sucesso da partida e da operação só é possível por causa da mídia (AGUILAR; COSTA, 2013).

Ao chegar a Porto Príncipe, no Haiti, o discurso – em ato de compromisso - de Lula da Silva apresenta o interesse brasileiro:

“Nossa participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – a MINUSTAH - reflete o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional. [...] Esperamos que este jogo [de futebol, entre Brasil e Haiti] possa se transformar em símbolo de nossa amizade e em estímulo para intensificarmos os contatos entre nossas sociedades” (LULA DA SILVA, 2004).

Aguillar e Costa (2013) destacam que a construção de paz ocorre por meio de políticas para estabelecimento da segurança e estabilidade, fortalecimento político e dos direitos humanos, sendo que um dos fatores para seu sucesso está no campo da mídia.

À época, o Brasil – que é o quinto maior país em extensão territorial e possui a quinta maior população (190 milhões de habitantes em 2007 e atualmente 206 milhões, segundo o

integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (grifo nosso).

IBGE) do mundo – possui o desejo de ascender à posição de membro permanente do CSNU, dispõe de maciços recursos naturais; é um dos maiores doadores de ajuda do mundo; descobre o pré-sal, o que lhe rende o *status* de ser um grande produtor de petróleo; e ascende à posição de sexta maior economia mundial (CASTRO, 2013).

Uma curiosidade que reflete o poder do esporte como instrumento de política externa e a visão dos países emergente é que todos os componentes do BRICS realizaram megaeventos: além do Brasil, China recebe os Jogos Olímpicos 2008 em Pequim, a África do Sul sedia a Copa do Mundo 2010, a Índia realiza os Jogos da Commonwealth 2010 em Délhi, a Rússia sedia os Jogos Olímpicos de Inverno 2014 em Sochi e sediará a Copa do Mundo 2018 (CASTRO, 2013).

Megaeventos esportivos são oportunidades ímpares para a promoção da imagem de um país no mundo, além do legado esportivo e de infraestrutura – com a construção de novos estádios, hotéis, estradas, rodoviárias, portos e aeroportos -, oportunidades urbanas e sociais e criação de emprego e renda (RESENDE, 2010; CASTRO, 2013).

“Não se trata de receber milhares de turistas estrangeiros e criar oportunidades para atrair investimentos externos; esses megaeventos colocam o país-sede no foco da mídia internacional e resultam em visibilidade mundial. A política externa tem muito do que se beneficiar: [...] demonstrar, como se pretende, que o Brasil é uma democracia estabelecida e cuja economia cresce sustentavelmente rumo a tornar-se a quinta maior do mundo na próxima década. Apesar da interlocução existente com o Ministério do Esporte, CBF e COB [Comitê Olímpico Brasileiro], o Itamaraty deverá esforçar-se para influenciar o processo decisório no qual se determinará qual a imagem do Brasil deve ser divulgada por esses eventos e quais ações devem ser tomadas para que tal imagem repercuta mundialmente” (RESENDE, 2010, p. 40).

Com isso, o Brasil fortalece a economia – e além da relação com agentes econômicos - e vende a imagem brasileira no mundo o suficiente para obter o direito de sediar a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 – este último não entra no escopo da pesquisa, mas deve ser mencionado, visto que o direito de sediar este evento ocorre no recorte temporal deste trabalho. Importante ressaltar que a Copa das Confederações trata-se de um evento teste para a Copa do Mundo.

A FIFA, em suma, adota o sistema de rodízio continental entre as sedes e, por causa disso, a Copa do Mundo seria realizada na América do Sul em 2014. Diante disso, após

articulações junto a outras federações da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), o Brasil se torna candidato único e foi confirmado como sede do Mundial em 2007. Esta seria a segunda Copa realizada no Estado brasileiro - a primeira ocorre em 1950 - e a sua organização conta com um grupo composto por diversos agentes estatais e não estatais.

Importante observar o alcance que a FIFA - que, segundo Suppo (2012), se trata de uma ONG do esporte - possui com os seus 211 filiados, enquanto - para efeito de comparação - o Comitê Olímpico Internacional (COI) possui 105 membros e a ONU, 193 Estados-membros. Estas associações são paralelamente agentes e estruturas e possuem ampla capacidade de influência no cenário internacional.

Destaca-se que a luta política que envolve a política externa não se limita à estrutura do Itamaraty e a influência de outros agentes externos, mas conta também com determinantes domésticos, como partidos políticos, movimentos sociais, agentes econômicos, Congresso Nacional, mídia, opinião pública e até conjunturais, como economia e eleições, com os interesses subjacentes de políticos e grupos de interesses (PUTNAM, 2010; MILANI *et al*, 2014).

Exemplos disso são as atuações de diversos agentes antes e durante os megaeventos - como a mídia, que fiscaliza o cumprimento das metas estabelecidas; os movimentos sociais, que acompanham e reivindicam direitos e melhorias na qualidade de vida; os parlamentares, que discutem soluções de problemas, além de debaterem e aprovarem a Lei nº 12.663/2012, conhecida como Lei Geral da Copa (BRASIL, 2012c), que dispõe sobre as medidas para a realização das Copas das Confederações e do Mundo, como a cobrança de impostos, ingressos, cobertura dos jogos, funcionamento dos estádios e sanções. Todos os agentes envolvidos neste processo possuíam interesses, algumas vezes conflitantes.

A formulação destas normas, no entanto, geram imbróglia em torno de alguns pontos, como a extinção de meia entrada (ingresso pela metade do valor) para estudantes e idosos - que vigorava anteriormente no território brasileiro e, ao final, manteve-se -, venda de bebida alcoólica dentro dos estádios¹⁴ - que era proibido por força da Lei nº 10.671/2003, conhecida

¹⁴ Art. 16 da Lei nº 12.663/12: Observadas as disposições da Lei nº 10.406/02 (Código Civil), é obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que praticar, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, entre outras, as seguintes condutas: (I) atividades de publicidade, inclusive oferta de provas de comida ou bebida, distribuição de produtos de marca, panfletos ou outros materiais promocionais ou ainda atividades similares de cunho publicitário nos Locais Oficiais de Competição, em suas principais vias

como Estatuto do Torcedor¹⁵ – e a isenção para a FIFA com as custas em eventuais processos judiciais¹⁶. Todos estes pontos favoreceriam a FIFA, em detrimento do país, e motiva críticas de diversos agentes sociais, econômicos e políticos.

“A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos” (PUTNAM, 2010, p. 151).

Além dos agentes e estruturas supracitadas, dentro da estrutura do Itamaraty é criada a Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE) com três finalidades: a crescente demanda por parte de países em desenvolvimento por cooperação na área do esporte; a Copa de 2014; e a candidatura à sede das Olimpíadas de 2016 (RESENDE, 2010; SENHORAS, 2014), na qual obteve êxito.

A atuação da política externa brasileira na área de cooperação esportiva tem estabelecido acordos bilaterais tanto no sentido de adquirir experiências na realização de megaeventos esportivos quanto no de intensificar as relações com países em desenvolvimento, através de programas de capacitações técnicas e sociais na África. Mais de 30 acordos de cooperação esportiva são assinados entre 2008 e 2010, havendo mais de uma dezena em negociação (RESENDE, 2010).

Nota-se que dos poucos acordos assinados antes de 2008 na área de esporte – cerca de 10 -, a maioria ocorre durante o governo Lula da Silva e é celebrado com países africanos,

de acesso, nas áreas a que se refere o art. 11 ou em lugares que sejam claramente visíveis a partir daqueles (BRASIL, 2012c);

¹⁵ Art. 13-A da Lei nº 10.671/03: São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: (II) não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência (Incluído pela Lei no 12.299/10) (BRASIL, 2013).

¹⁶ Art. 53 da Lei nº 12.663/12: A FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados são isentos do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé (BRASIL, 2012c).

como Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe (RESENDE, 2010), fortalecendo ainda mais a atuação do Brasil no continente africano, com seu poder produtivo.

A relação com a África é importante política e economicamente, mas é também geopoliticamente estratégica para a segurança do Brasil. Importante destacar que o caso brasileiro é particularmente paradoxal: a necessidade de proteção e a ausência de ameaças tangíveis. Ainda assim, dois documentos norteiam as ações nesta área, de Lula da Silva a Rousseff: o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012a) e a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b), que identificam a Amazônia Azul¹⁷ como área prioritária de segurança, sobretudo, por causa das extensas áreas e dos recursos naturais do pré-sal. Ademais, empresas que possuem interesses na região são agentes relevantes na proteção desta área.

Ao utilizar a política externa com a finalidade de obter um assento permanente no CSNU e desenvolvimento econômico e social, o Estado vende externa e internamente a ideia de prosperidade. À época, o Brasil vivia uma conjuntura política e econômica favorável às aspirações. Entre promessas concretas e abstratas, as cobranças de alguns agentes – com a influência da mídia – movimentam os anos que antecedem aos eventos. Uma inquietação social toma conta do “país do futebol”. É isso que veremos no capítulo a seguir.

¹⁷ É a área oceânica brasileira de aproximadamente 4,5 milhões de km², formada por cerca de 3,6 milhões de km² de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e por volta de 900 mil km² de plataforma continental, que o país reivindica junto à ONU. Esses espaços marítimos, juntos, correspondem a 52% da área continental do país. Devido à importância estratégica e às riquezas – bens naturais e biodiversidade - nela contidas, a Marinha do Brasil passou a denominá-la “Amazônia Azul”, em analogia à Floresta Amazônica (BRASÍL, s.d.; 2012a).

5. “IMAGINA NA COPA!?”: FUTEBOL, MÍDIA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2013-2014

“Bien sabe este jugador número doce que es él quien sopla los vientos de fervor que empujan la pelota cuando ella se duerme, como bien saben los otros once jugadores que jugar sin hinchada es como bailar sin música” (GALEANO, 1995, p. 7)

O futebol é observado neste estudo como uma metáfora da nova ordem mundial (FOER, 2005) ou, em outras palavras, com um complexo jogo de relações sociais, políticas, geopolíticas, econômicas e culturais (FOER, 2005; BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; EDEN, 2013), dotado de capacidades reais e subjetivas. Importante pontuar que, assim como o futebol, a mídia tem importância social (GASTALDO, 2009) e ambos são responsáveis pela construção da identidade brasileira. Como supracitado no capítulo anterior, a política externa é o resultado, dentre outras coisas, da soma destes agentes (PUTNAM, 2010).

A utilização sistêmica desse esporte como ferramenta de política externa, visando à promoção nacional, não é novidade, tampouco exclusividade brasileira, e, apesar dos resultados muitas vezes abstratos, essa relação tem se mostrado importante meio de interação entre nações, sociedades e culturas (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007). Foer (2005) destaca que o futebol é um esporte com interesses reais, mas também possui poder simbólico. Kuper (2010) pondera que o futebol possuía grande carga geopolítica durante a era das ditaduras, das guerras entre nações, do período entreguerras e do pós-Segunda Guerra Mundial.

Megaeventos esportivos, por exemplo, são campos de batalha simbólicos que vão além dos resultados nos campos de jogo (EDEN, 2013). Diversos governos mundo afora, inclusive brasileiros, percebem isso e de alguma forma tentam se capitalizar com vitórias nestes eventos, mas também sofrem com as derrotas. De maneira geral, o futebol vem sendo historicamente utilizado no Brasil para a defesa de diversos interesses internos e externos (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; GASTALDO, 2009), muitas vezes com a ajuda da mídia.

Aliás, futebol e mídia possuem uma relação estreita e, de certa forma, profícua. A midiaticização do esporte é um processo social de articulação de significados que produz

definições da realidade. “*Este processo de articulação de significados torna o discurso midiático um importante elemento de produção e reprodução de cultura em nossa sociedade*” (GASTALDO, 2003, p. 1). Ressalta-se que a mídia é responsável pela legitimação do simbolismo futebolístico-identitário, empregando metonímias para definir a realidade e, conseqüentemente, criar conceitos: comumente, a “seleção brasileira” ganha dimensão de “nação”, “país” ou “pátria de chuteira” (GASTALDO, 2003; 2009; HELAL; SOARES, 2003).

Partindo do pressuposto construtivista de que a realidade é socialmente construída, a partir de ideias compartilhadas (WENDT, 2003), destaca-se que a identidade nacional está vinculada às representações simbólicas da estrutura estatal, mas também dos agentes sociais. O futebol - como um dos principais símbolos da cultura e da identidade brasileira (GASTALDO, 2003) – é um elemento importante para compreender o Brasil.

Ciente disso e do poder simbólico e midiático do futebol da seleção brasileira, como embaixadora da paz, a experiência no Haiti projeta não apenas a imagem do Brasil – com apelo carismático -, mas a ideia do governo Lula da Silva de sediar a Copa do Mundo 2014. Promover estes eventos é fomentar relações bilaterais e cooperação, além de, sobretudo, apresentar-se ao cenário internacional em termos institucionais, econômicos, estruturais e culturais, fora o esportivo.

Importante contextualizar que, quando decidiu sediar a Copa do Mundo 2014, o Brasil vivia momento de prosperidade econômica na década de 2000, como apresentado no capítulo anterior. Com o passar do tempo, o cenário muda. Portanto, a realização do megaevento torna-se o catalizador para uma série de descontentamentos.

Enquanto os governos Lula da Silva e, posteriormente, Rousseff organizam as Copas e promovem o país externamente, a mídia fiscaliza e explora as supostas deficiências organizacionais – atrasos em obras e demasiado gasto público, em detrimento da manutenção de acordos tácitos, como o provimento de saúde, educação e segurança. Ao prenunciar repetidas vezes um fiasco com recursos públicos, a mídia promove *agenda setting*, incitando, implicitamente, manifestações contrárias aos megaeventos. Mídia e sociedade se retroalimentam, assim como mídia e megaeventos.

O futebol é utilizado como ferramenta de política externa, mas também é instrumentalizado pela mídia para expor deficiências governamentais. Após estímulos

indiretos, a população foi às ruas protestar em 2013 e, com menos intensidade, em 2014, às vésperas das Copas. O aumento de passagem do transporte público nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo é o estopim para as manifestações, que reverbera em todo o país, com pautas de reclamações difusas. Não raro ouve-se nas ruas, nos bares ou na mídia a expressão irônica “*imagina na Copa...*”, em alusão à ideia de que se a situação está ruim ainda pode piorar durante a Copa do Mundo.

Por conjuntura desfavorável ou má gestão, o Brasil vive uma ebulição social. Ora com violência, ora com irreverência, brasileiros reivindicam serviços públicos com “*padrão FIFA*”, cobrando melhor qualidade, em referência às exigências impostas pela entidade máxima do futebol. Diversas estruturas estatais e agentes políticos e econômicos são alvos de protestos. O Palácio do Itamaraty é incendiado. A mídia internacional - no país às vésperas dos megaeventos - cobre as manifestações, registrando o aumento no custo de vida e os altos gastos para a Copa como as causas dos atos.

Após o ápice dos protestos, em junho de 2013, a aprovação do governo Rousseff diminui de 57% para 30% - atingindo o menor patamar desde o início do mandato (DATAFOLHA, 2013). O índice representa a insatisfação latente da população com os gastos demasiados promovidos pelo governo e com as imposições da FIFA.

A *Folha* publica “*Manifestações se espalham pelas sedes da Copa das Confederações*”, na qual revela: “*aproveitando a visibilidade que o torneio dá aos protestos e a maior sensibilidade dos governos às vésperas de um grande evento internacional, grevistas e movimentos sociais deflagraram uma série de manifestações*” (FOLHA, 2013a).

É comum observar megaeventos esportivos utilizados como palco de manifestantes que querem tirar proveito da ampla cobertura da mídia internacional para transmitir mensagens políticas mundo afora (EDEN, 2013), como ocorreu antes das Copas do Mundo França 1998 e África do Sul 2010. A organização destes atos parte, comumente, da lógica de Castells (2002) - da sociedade em rede –, cujo real e virtual se influenciam mutuamente.

Entretanto, com a proximidade da Copa do Mundo, o ufanismo midiático e social mostra-se presente, sob o emblema da seleção brasileira e da ideia de que se trata da Copa no “país do futebol”. Ou seja, durante a Copa, as disparidades regionais, sociais e políticas dão lugar à unidade nacional. Afinal, “*uma Copa do Mundo é mais do que um mero torneio de*

futebol: ela é uma chance de se colocar a própria nação em perspectiva comparada com o resto do mundo” (GASTALDO, 2003, p. 3).

“O esporte [futebol] se manifesta como palco de disputas e convergências entre Estados nacionais, o qual se caracteriza como espírito construtivista de difusão de um positivo valor de uma sociedade internacional e de projeção propagandística dos Estados, empresas e esportista, em contraposição aos resquícios de seu espírito realista no treinamento de tropas para a guerra” (SENHORAS, 2014, para. 6).

Em suma, distorcendo um clichê futebolístico que diz que “futebol se joga dentro do campo”, o futebol é jogado em diversos cenários, de diversas formas e o campo de jogo é tão amplo, quanto abstrato. As ruas também são arenas.

5.1. Futebol como ferramenta de política externa brasileira

Historicamente, o futebol foi sendo instrumentalizado no Brasil para defender interesses internos e externos (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007), isso ocorre por sua natureza e pelo status alcançado no país. Poucos esportes possuem o poder de atração e por vezes de manipulação igual ao do futebol, além deste possuir linguagem simples e íntima conexão com o povo, independentemente da nacionalidade (AMAZARRAY, 2011).

Hobsbawn (2007) avalia que as seleções nacionais de futebol são portadoras de carga política e emocional da identidade nacional, o que, em outras palavras, Barnett e Duvall (2005) destacam como poder produtivo.

“Así, en la era de la modernidad temprana y pese a tratarse de un producto cultural inicialmente “importado”, el fútbol fue apropiado como tradición y convertido en un elemento útil para estimular la integración simbólica tan necesaria para la conformación de las identidades que están en la base de esas comunidades imaginadas que son las naciones” (VILLENA FIENGO, 2003, p. 259).

O futebol, que é um dos maiores ativos brasileiros há décadas, transcende as linhas do campo de jogo, tornando-se mesmo questão de Estado (GASTALDO, 2009), como

ferramenta para promoção da imagem nacional no exterior ou política de cooperação internacional, como exemplos.

Segue um breve histórico. Apesar de o futebol chegar ao Brasil em 1894, oriundo da Inglaterra, é nos anos de 1920 que se torna um hábito, primeiro, entre jovens da elite e, posteriormente, nas diversas camadas sociais, particularmente nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; RIBEIRO *et al*, 2012), mas é na década seguinte que ele se massifica.

Ao contrário da década de 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa solicitou que a delegação brasileira não levasse negros para um torneio que seria disputado na Argentina – com a finalidade de preservar a imagem do país no exterior (GALEANO; 1995; BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; VASCONCELLOS, 2011) -, a partir dos anos 1930, devido à participação da mídia, o futebol passa a ser um instrumento de afirmação da ideologia e do pensamento político do Estado, assim como o samba (RIBEIRO *et al*, 2012; GASTALDO, 2003).

Getúlio Vargas (1930-1945) é o primeiro governante brasileiro a se apropriar do esporte enquanto mecanismo de coesão social, como meio de aproximar as diferentes regiões; nesta época, especificamente em 1933, ocorre a profissionalização do futebol (HELAL; SOARES, 2003; SARMENTO, 2006; BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; RIBEIRO *et al*, 2012).

Com o fim da era Vargas, o governo Gaspar Dutra (1946-1951) mantém acesa a faceta política do antecessor através da realização da Copa do Mundo Brasil 1950, com o intuito de inclusão social e desenvolvimento do país (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007), mas a derrota, por 2 x 1, na final ante o Uruguai, no estádio do Maracanã – episódio conhecido como “*Maracanazo*” - representa um infortúnio histórico (SARMENTO, 2006), que reverbera até os dias atuais como sinônimo de vexame nacional.

Durante a ditadura militar, o futebol é instrumentalizado para propagar externamente a ideia de normalidade e internamente desviar o foco da oposição e da população (RIBEIRO *et al*, 2012). No auge da repressão e do “milagre econômico”, o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) tenta se apropriar do futebol na Copa do Mundo 1970 com o objetivo de colar o esporte ao regime militar e aumentar o prestígio do país a nível internacional, com

direito a hinos ufanistas e o aparelhamento da Confederação Brasileira de Desporto (CBD, atual CBF) (SARMENTO, 2006; BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; VASCONCELLOS, 2011).

Contudo, nas décadas seguintes, a apropriação política diminui, dando espaço ao crescimento do poder econômico privado no esporte (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007). Após um hiato de 24 anos sem título e na esteira de uma época de crise econômica, o Brasil conquista o tetracampeonato na Copa do Mundo Estados Unidos 1994, tornando-se o maior vencedor do torneio (atualmente é pentacampeão; Alemanha e Itália, tetras). Aquele episódio não foi capitalizado por nenhum governo, mas, segundo Sarmiento (2006), foi importante por devolver prestígio internacional à seleção brasileira, que estava com a imagem em corrosão.

No ano seguinte à conquista, o presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito poucos meses após o título supracitado, cria o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, nomeando o ex-futebolista Edson Arantes do Nascimento, o Pelé (1995-1998), como ministro extraordinário, subordinado ao Ministério da Educação (ESPORTE, 2017). O governo Cardoso se candidata em 1999 para realizar a Copa do Mundo Brasil 2006, sem sucesso.

Já na década seguinte, o futebol se transforma em um relevante instrumento de política de cooperação internacional e promoção da imagem do país pelo governo Lula da Silva. Com a assunção dele, em 2003, o Ministério do Esporte torna-se pela primeira vez na história do país uma pasta independente (VASCONCELLOS, 2011). Também houve o Jogo da Paz, em 2004, e, posteriormente, a articulação de outros megaeventos, como as Copas das Confederações 2013 e do Mundo 2014.

A utilização do futebol no Haiti colabora na relação entre tropas militares, da Minustah, e haitianos, além de ajudar na promoção da imagem brasileira, não apenas no país caribenho, mas no cenário internacional, inclusive em outras regiões com necessidade de cooperação. Em suma, a instrumentalização do esporte para legitimar a Minustah ocorre em consonância com o objetivo último do governo de conquistar apoio, visando a um assento permanente no CSNU (BIAZZI; FRANCESCHI NETO, 2007; VASCONCELLOS, 2011; AMAZARRAY, 2011; EDEN, 2013).

Quanto ao segundo episódio – os megaeventos organizados no Brasil -, há uma dupla instrumentalização. O governo brasileiro novamente utiliza o futebol para capitalizar recursos,

estimular cooperação e promover a imagem do país no exterior. A mídia, todavia, usa o esporte como palco para expor o governo. Segundo Villena Fiengo (2003), a mídia tem papel importante na construção de subjetividades, demandas e expectativas, cria um tempo, um espaço compartilhado, e cristaliza demandas que devem ser respondidas pelos sistemas políticos.

5.2. Mídia brasileira: como apresenta a imagem do Brasil

A história da mídia no Brasil e no mundo está diretamente ligada ao desenvolvimento e à globalização, e a ligação dialética disso é perceptível na influência que a mídia exerce na sociedade (SODRE, 1983; HOBBSAWM, 2010). Mas, além de uma questão econômica, o controle da mídia é uma questão de poder. Hobsbawm (2010) frisa que, graças à força da mídia, a opinião pública é mais poderosa hoje do que em qualquer outro momento da história. Contudo, a falta de regulamentação da mídia pode guiar a sociedade a caminhos distorcidos por uma realidade estimulada por interesses daqueles que constroem a narrativa midiática.

A política externa é, entre outras coisas, o resultado da construção doméstica de um país e da relação dos seus múltiplos agentes. Diante disso, não se pode ignorar o papel da mídia e a influência social que ela exerce. Apesar das grandes dimensões do Brasil, os três veículos de comunicação analisados neste estudo – *Folha*, *Estadão* e *O Globo* – são os mais lidos e, portanto, os que exercem maior influência na sociedade. Todos eles ainda possuem relação estreita com a elite brasileira e o mercado econômico-financeiro.

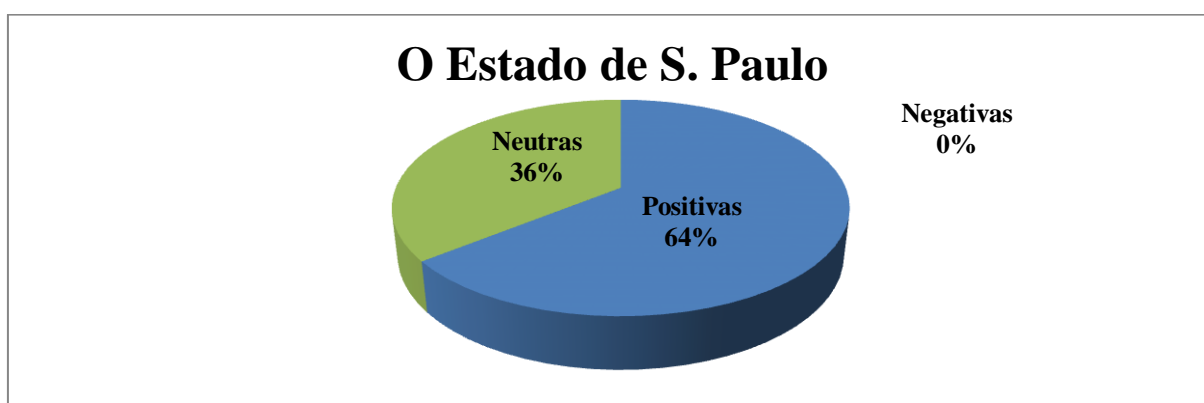
A resistência da mídia brasileira ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores, portanto, começa bem antes de ele se eleger presidente em 2002. Afinal, muitos agentes sociais, econômicos e políticos, no Brasil e no mundo, acreditavam que Lula da Silva seria um presidente despreparado à frente de um governo ideológico (VIZENTINI, 2011; CASARÕES, 2012). Mesmo assim, após o aceno ao mercado econômico-financeiro e à elite, com a “Carta ao Povo Brasileiro”, publicada no início de 2002, Lula da Silva se elege presidente, embora com restrições por parte dos principais veículos de mídia supracitados.

Ao assumir em 2003, Lula da Silva decide tornar as relações externas do Brasil tanto instrumento para o desenvolvimento, quanto fonte de prestígio interna e externamente, com duas tendências: ativismo presidencial e pluralidade de agentes – como supracitado, vide capítulo 3. Motivos estes de críticas pela mídia no caso geral.

No caso específico do Jogo da Paz no Haiti, percebe-se um posicionamento positivo da mídia em relação ao evento. Os veículos de comunicação estudados publicam matérias que mesclam futebol com política externa, sem grande carga negativa. Abaixo, destaca-se o volume de tendências de matérias de cada veículo – positivas, negativas ou neutras.

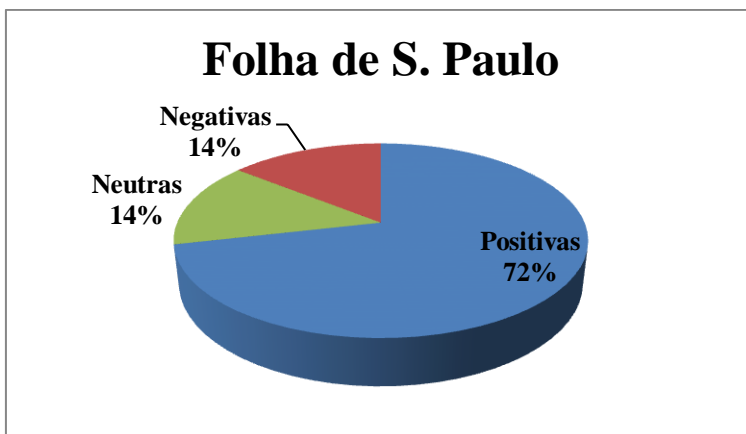
Vale explicar que, por neutras, leem-se matérias que apresentam mais de um ponto de vista, e, mesmo quando críticas, mostram concomitantemente fatos positivos e vice-versa. Matérias que tratam exclusivamente do esporte – com foco em jogadores ou relatos de partidas – foram excluídas da pesquisa. As tendências, todavia, são avaliadas a partir de análise de conteúdo, com coleta de dados a partir de palavras-chave e recorte temporal, inferência com base semântica e hermenêutica e reagrupamento de dados. Ao todo, são 41 matérias, sendo 30 positivas (73%), 7 neutras (17%) e apenas 4 negativas (10%).

Gráfico 4 – Volume de matérias sobre o Jogo da Paz com as tendências¹⁸

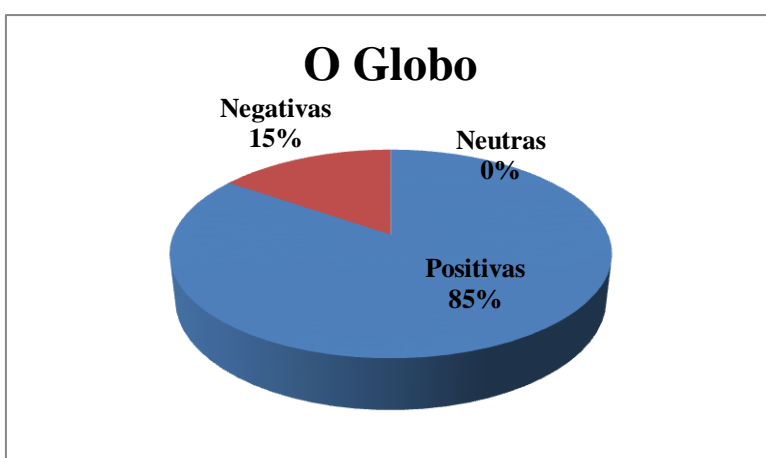


Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Estado de S. Paulo

¹⁸ Pesquisa realizada a partir da palavra-chave “Jogo da Paz” entre os dias 15 e 20 de Agosto de 2004 nos sites de cada veículo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias da Folha de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Globo

Observa-se nos gráficos a tendência positiva na cobertura da mídia em relação ao Jogo da Paz. Como exemplo: o *Estadão* publica “*Haiti pára para ver Lula, Ronaldo e companhia*”, que destaca o poder produtivo do Brasil, com o chefe de Estado e um dos principais futebolistas do país, secundarizando o jogo em si. “*Ontem [18 de agosto de 2014], a seleção brasileira acrescentou um novo significado a ele [futebol]. Provou que ações simples como um jogo podem fazer o que quase nenhum governante fez até agora pelo miserável Haiti: devolveu a alegria ao povo*” (NUNOMOURA, 2004). O *Estadão*, todavia, revela também um tom político: “*Brasil obtém apoio do Haiti sobre Conselho de Segurança*”, na qual discorre sobre a oficialização do apoio haitiano, através do então primeiro-ministro Gerard Latortue, ao pleito brasileiro (MONTEIRO; NOSSA, 2004).

A *Folha* destaca, em meio aos relatos sobre o clima do país, a Missão de Paz, a situação socioeconômica, as impressões dos atletas brasileiros e o interesse do Brasil no assento permanente do CSNU. “*Lula aproveitou a viagem ao Haiti para fortalecer o objetivo*

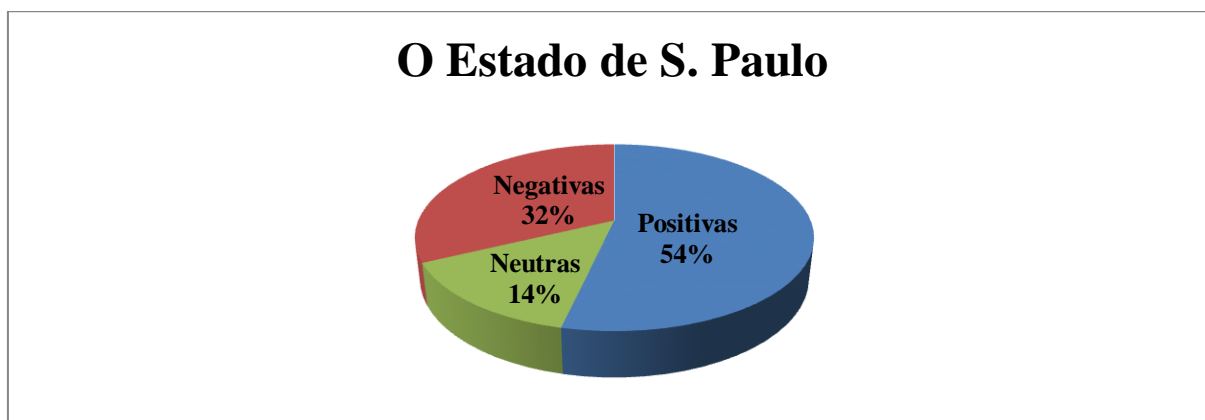
do país de integrar de forma definitiva uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. O tema é prioridade da política externa do governo federal” (SCOLESE; RANGEL, 2004).

Neste episódio, observa-se a colaboração da mídia com a ação da política externa. Denunciando interesse subjacente à partida de futebol ou expondo a situação de extrema pobreza que os haitianos passavam, a mídia cumpriu sua função social: apontou o real objetivo do evento e, em paralelo, fez a mensagem e a imagem brasileira ser propagada no cenário internacional. Naquele momento, o Brasil ganhou dimensão de um país afável, prestativo e pacífico.

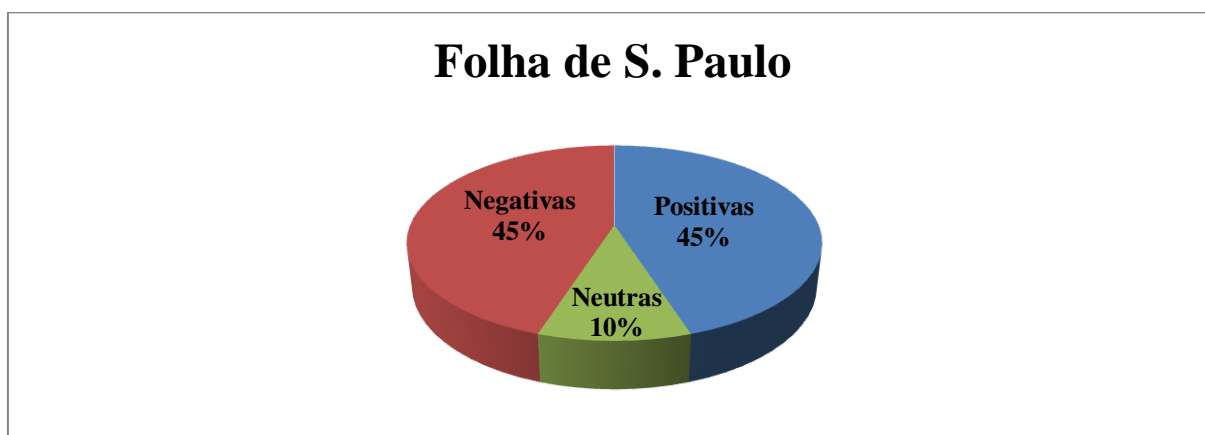
Como mencionado anteriormente, a relação entre política externa e mídia nem sempre é amistosa. No Brasil, contudo, tem a ver também com governo e ideologia. Outrora alinhada aos Estados Unidos e à Europa, a política externa brasileira, sob Lula da Silva, passou a privilegiar outros parceiros comerciais – na América Latina, na África e outros países emergentes. Estas relações eram associadas pela mídia não como pragmáticas, mas fruto da ideologia do governo e, ao menos no início, eram alvo de críticas.

Nos outros casos específicos – Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 – a situação foi bem diferente da do Jogo da Paz. O Brasil foi escolhido em 2007 como sede da Copa do Mundo 2014 e da Copa das Confederações 2013, como evento preparativo. À época, o país vivia o auge do crescimento e estabilidade econômica e política e os jornais se dividiam entre otimismo, pessimismo e ceticismo.

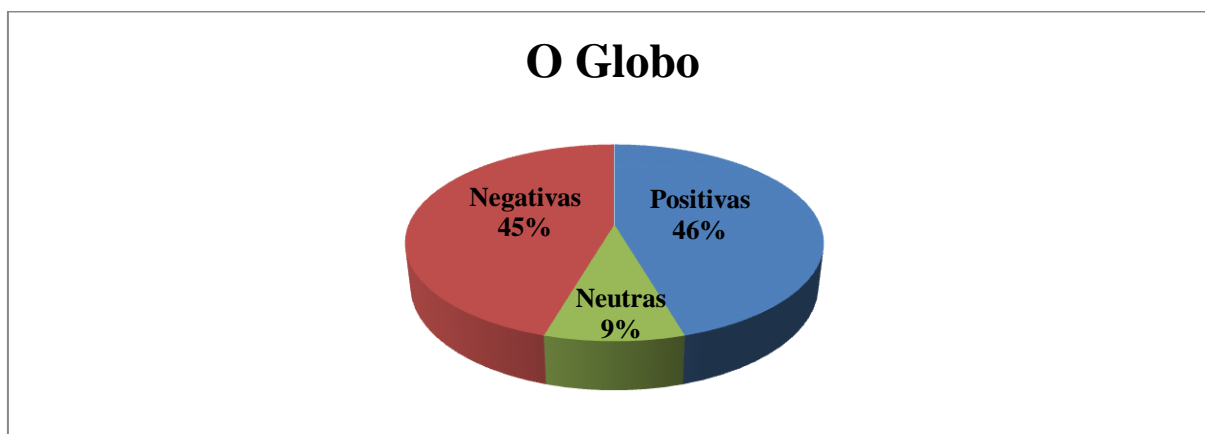
Gráfico 5 – Volume de matérias sobre o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo 2014 com as tendências¹⁹



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Estado de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de Folha de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Globo

Os gráficos acima mostram 59 matérias, sendo 29 positivas (49%), 7 neutras (12%) e 23 negativas (39%). O *Estadão* é o veículo de comunicação que mais produziu matérias

¹⁹ Pesquisa realizada a partir das palavras-chave “Brasil”, “sede” e “Copa 2014” no dia 30 de Outubro de 2007, data do anúncio oficial, nos sites de cada veículo.

positivas durante o anúncio oficial do Brasil como sede dos megaeventos, enquanto *Folha* e *O Globo* dividiram, equilibradamente, a produção entre matérias positivas e negativas.

Em “*Brasil é confirmado como sede da Copa do Mundo 2014*”, no dia do anúncio oficial da sede em 30 de outubro de 2007, o *Estadão* apresenta o evento como uma oportunidade:

“O Brasil está confirmado como sede da XX Copa do Mundo, em 2014, pela Fifa. Com 64 anos de intervalo [a anterior foi em 1950], o País volta a receber um dos maiores eventos do mundo com o sonho de fazer o melhor de todos os tempos e a pressão ao time de conseguir um título de campeão. De cara, o premiado é o torcedor, que terá a oportunidade de ver os melhores do mundo em sua cidade” (ESTADÃO, 2007).

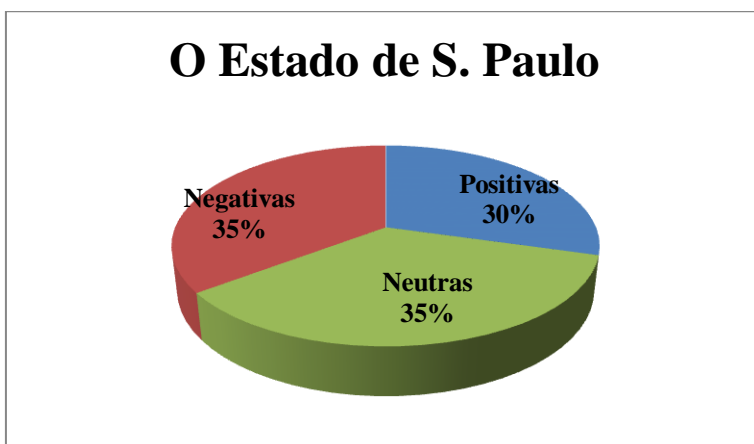
Já *Folha* apresenta problemas latentes. “*O Mundial vai exigir muito cimento, segurança elétrica, espaço nos aeroportos e transporte, tudo que com ou sem a competição é um problema nacional para os próximos anos*” (OHATA; COBOS, 2007). *O Globo* segue a mesma linha crítica: “*Mundial vai custar, no mínimo, US\$ 6 bilhões*” (O GLOBO, 2007).

Mas, após o anúncio e o hiato na cobertura, a atmosfera negativa paira sobre o país meses antes do megaevento. A organização peca em diversos âmbitos e a mídia promove diversas críticas antes da Copa das Confederações 2013, ao realçar determinados pontos em detrimento de outros. Matérias ou editoriais sobre os atrasos nas obras, excesso de gastos e protestos foram constantes, resultado da *agenda setting*, o que demonstra o papel central que a mídia assume na política moderna.

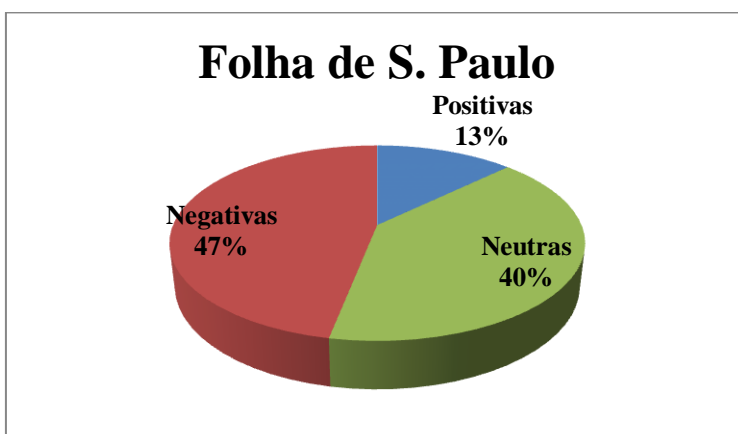
Levantamento realizado nos seis meses que antecederam o evento-teste mostra a tendência negativa da mídia em relação aos megaeventos. Antes, exemplos: “*Entre atrasos e irregularidades em obras, situação das cidades-sede para Copa 2014 é preocupante*” (O GLOBO, 2010), “*O atraso das obras para a Copa de 2014*” (ESTADÃO, 2011) e “*Atrasos e falta de controle ameaçam legado da Copa*” (BARBOSA; MATTOS, 2011).

Um ano e dois meses antes do início da Copa do Mundo 2014, o *Estadão* anuncia: “*A pouco mais de um ano do início da Copa do Mundo, o índice de conclusão das obras prometidas - estádios, intervenções de infraestrutura e projetos de desenvolvimento - não chega a 25%*” (CHADE, 2013, para. 1). A notícia seria apenas mais uma informação, se não estivesse no escopo do agendamento.

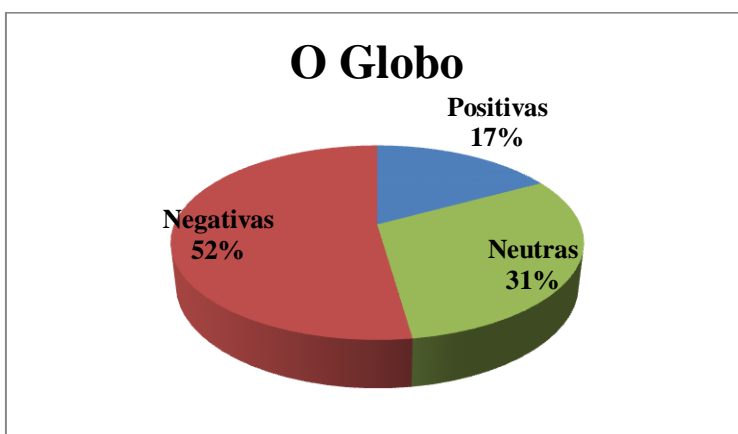
Gráfico 6 – Volume de matérias sobre a Copa das Confederações 2013 com as tendências²⁰



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Estado de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias da Folha de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Globo

²⁰ Pesquisa realizada a partir da expressão “Copa das Confederações 2013” entre os dias 1º de janeiro de 2013 a 1º de agosto de 2013, data seguinte ao encerramento do megaevento, só de matérias publicadas no jornal impresso.

De acordo com o levantamento acima – com 416 matérias dos três veículos sobre a realização da Copa das Confederações 2013, exceto matérias que se referem especificamente ao jogo em si -, quase metade das matérias produzidas (188, ou 45%), do primeiro dia do referido ano ao dia seguinte ao megaevento tiveram, conotação negativa. Outras 74 positivas (18%) e 154 neutras (37%).

O *Estadão*, todavia, é o veículo de comunicação com cobertura mais equilibrada quanto às tendências observadas, sem deixar de ser crítico:

“O Brasil vai continuar emperrado por muito tempo, se a aceleração do crescimento econômico depender das obras de infraestrutura tocadas pelo setor público ou entregues ao setor privado em regime de concessão ou de parceria. Atrasos nas obras de geração e de transmissão elevam o risco de apagões e de racionamento de energia elétrica nos próximos anos. Construções de aeroportos estão paradas, investimentos em mobilidade urbana vão mal e quem quiser viajar pelo Brasil para acompanhar a Copa do Mundo, no próximo ano, terá de enfrentar condições precárias em todos os tipos de transporte. O País, segundo prometem a presidente Dilma Rousseff e seus auxiliares, vai fazer bonito em 2014. É muito tarde para prometer algo semelhante para a Copa das Confederações, neste ano [...]. Será quase impossível evitar o vexame internacional na Copa do Mundo, mas as piores consequências serão de outra ordem” (ESTADÃO, 2013, para. 1).

Cerca de metade da produção de matérias de *Folha* e *O Globo* possuem vieses negativos e a outra metade é dividida entre matérias neutras ou positivas. Nos primeiros meses, previsão de problemas estruturais, como prenúncio de falhas técnicas, atrasos em obras, gastos ou ameaças de greves, são os focos da mídia. Já nas últimas semanas antes do megaevento o foco passa a ser a cobertura dos protestos.

No bojo das críticas em série, a *Folha* divulga: “Gastos com a Copa do Mundo de 2014 já atingem R\$ 26,5 bilhões”.

“O custo para a organização da Copa de 2014 já atinge R\$ 26,5 bilhões. A cifra é R\$ 2,7 bilhões maior que o previsto no primeiro balanço orçamentário da União, de janeiro de 2011, e vai aumentar. Para o governo federal, essa conta ainda não está fechada. Questionado pela Folha, o Ministério do Esporte informou que a previsão é que os investimentos para o Mundial alcancem R\$ 33 bilhões” (MACRI; ITRI, 2013, para. 1).

Tanto o montante de R\$ 26,5 bilhões quanto o de R\$ 33 bilhões são demasiados, porém, à primeira vista, pode-se inferir que estes gastos são do governo federal, o que é

errado. Apesar de o governo federal arcar com a maior parte deste valor (56,4%), os governos estaduais e municipais responsabilizam-se por 29,1% e a iniciativa privada por 14,5% do total (MACRI; ITRI, 2013).

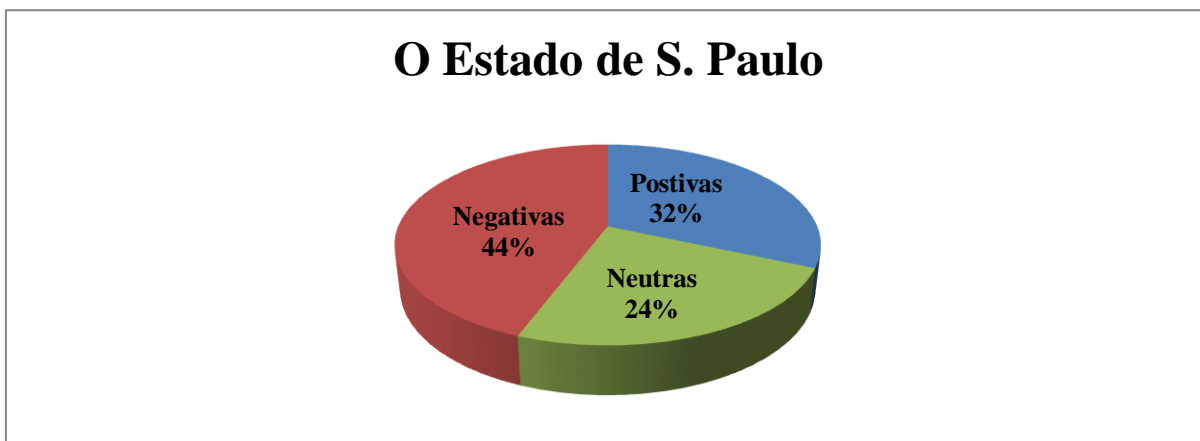
Por um momento, os aeroportos são os alvos preferenciais. A matéria de *O Globo* “*Apesar de investimentos para Copa e Olimpíada, nenhum aeroporto brasileiro entra na lista dos cem melhores*” faz um contraponto em relação aos investimentos e o não aparecimento de um dos 12 aeroportos - sendo nove construídos ou reformados - na lista de uma consultoria especializada em aviação civil.

“Apesar de o governo estar investindo mais de R\$ 3 bilhões em obras de ampliação e reforma nos aeroportos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, nenhum terminal brasileiro atendeu às exigências da consultoria britânica Skytrax, especializada em aviação civil. O país ficou fora do ranking de 2013 com os cem melhores aeroportos do planeta” (VIEIRA, 2013, para. 1).

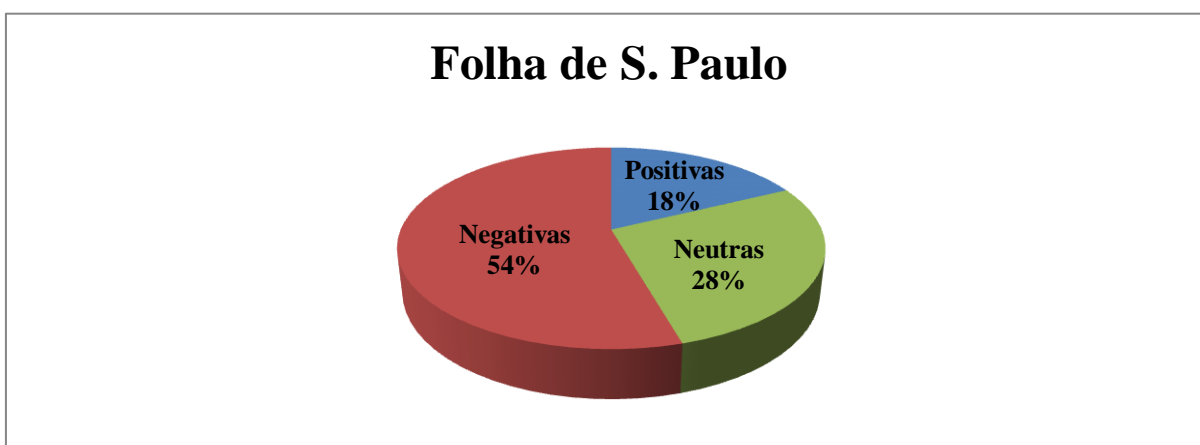
Não faltam matérias sobre protesto às vésperas ou durante a Copa das Confederações 2013. “*Protestos nas ruas apavoram dirigentes da Fifa e de seleções*” (FOLHA, 2013b); “*Policiais e manifestantes se enfrentam no Rio [de Janeiro]*” (FOLHA, 2013c); “*O Brasil nas ruas: as faces da destruição no Brasil*” (O GLOBO, 2013); ou “*Governo espera protestos durante a realização da Copa das Confederações*” (ROGERO, 2013).

Mas a *agenda setting* continua, como se observa no levantamento realizado no semestre anterior à realização da Copa do Mundo 2014. Ao todo, são 1.633 matérias dos três veículos, sendo 821 notícias com tendência negativa ao megaevento, o que corresponde a 51% do volume total de matérias; 395 positivas e 417 neutras. Ou seja, o quantitativo de matérias positivas ou neutras, somadas (812, ou 49%), não chega ao montante das negativas.

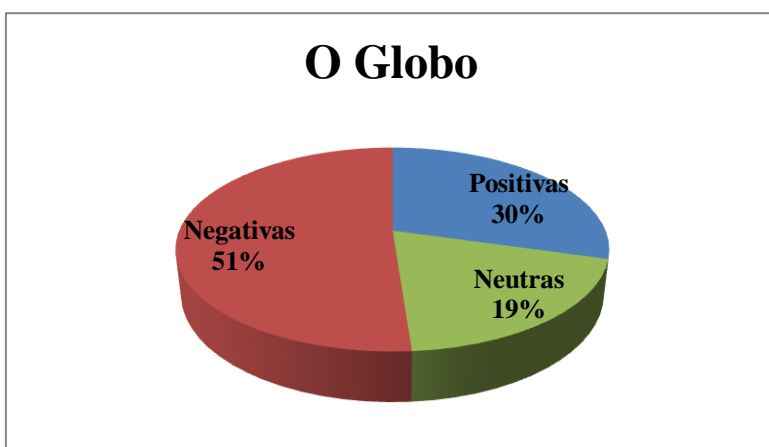
Gráfico 7 – Volume de matérias sobre a Copa do Mundo 2014 com as tendências²¹



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Estado de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias da Folha de S. Paulo



Fonte: elaborado pelo autor com base nas análises de conteúdo das matérias de O Globo

Como tem sido a praxe nos gráficos apresentados neste estudo, o *Estadão* é o veículo de comunicação que apresenta visão menos catastrófica dos megaeventos, embora não deixe

²¹ Pesquisa realizada a partir da expressão “Copa do Mundo 2014” entre os dias 1º de janeiro de 2014 a 14 de Julho de 2014, data seguinte ao encerramento do megaevento, só de matérias publicadas nos jornais impressos.

de ser crítico. No editorial “*A Copa do atraso e da ganância*”, o *Estadão* afirma: “*O planejamento deficiente e a má gestão produziram mais que o enorme atraso no início das obras. Elevaram custos, dificultaram o acompanhamento dos gastos e resultaram em várias irregularidades na elaboração e na execução dos projetos*” (ESTADÃO, 2014).

Destaca-se que esta mensagem, todavia, foi repetida diversas vezes ao longo dos anos que antecederam o megaevento, o que, de certa forma, faz parte da espetacularização da mídia em torno de determinados temas para atrair leitores. Como pode ser percebido em *O Globo*: “*E se passaram sete anos de atrasos e críticas*” (O GLOBO, 2014c), em referência às obras, assim como “*Entre avanços e frustrações*” (O GLOBO 2014b), que retrata a expectativa de setores econômicos com o Mundial e as infraestruturas que deixavam a desejar.

Mas as críticas podem ser vista em outras áreas. Em “*Preços ligados a educação sobem, e inflação se acelera em fevereiro*”, a *Folha* (2014b) relaciona a alta dos índices à Copa do Mundo 2014, relação que ocorreu em diversos setores econômicos.

Em “*Governo muda discurso diante de rejeição a evento*”, a *Folha* destaca que “*Dilma passou a enfatizar o ufanismo em torno do ‘país do futebol’ e a abordar menos a questão do ‘legado’ que o evento esportivo poderá deixar para a população, como obras de infraestrutura e meios de transporte, por exemplo*” (FOLHA, 2014a, para. 3), meses antes do megaevento. Porém antes do final da Copa do Mundo 2014, ao fazer um *mea culpa*, mais críticas. Em “*Sedes saem da Copa sem o ganho esperado*”, a *Folha* diz: “*A Copa do Mundo passa de sua metade sem os grandes problemas anunciados, mas também sem os ganhos para quem planejava lucrar*” (FOLHA, 2014d, para. 1)

Estes fragmentos de títulos e trechos de matérias que estamparam sites e jornais durante anos e, com mais frequência, nos meses que antecederam o megaevento pautaram a vida da população brasileira. Com base no construtivismo, compreende-se que o discurso é uma ferramenta política e a mídia, como agente, utilizou-se do instrumento para promover agendamento. Não se pode afirmar, todavia, que a vida da população piorou com a realização da Copa do Mundo 2014, embora seja complexo dizer que melhorou. Entretanto, muitos agentes sociais foram às ruas reclamar de problemas latentes, como a melhoria no serviço público.

Em momento distante dos megaeventos, as matérias anunciavam problemas de infraestrutura. Nos mais próximos, a cobertura de protestos era a tônica. Afinal, todos os

fatores supracitados fazem parte do enredo dos protestos que ocorreram entre 2013 e 2014, quando os olhares da mídia de todo o mundo estavam voltados ao Brasil. “*Grupos protestam pelo Brasil contra realização da Copa do Mundo*” (LACERDA *et al.*, 2014); “*Protestos elevam sensação de insegurança*” (FERNANDES, 2014); “*Protesto anti-Copa acaba em confusão na avenida Paulista*” (FOLHA, 2014c); e, por fim, “*Tensão pré-Copa*” (O GLOBO, 2014a), que representa a atmosfera que se criou com a iminência da Copa do Mundo 2014.

Com base nas categorias de discursos apresentadas por Onuf (1998), pode-se compreender que os discursos da mídia, de modo geral, possuem o caráter de atos assertivos. Ou seja, apesar das demasiadas críticas, a finalidade é informar aos agentes, porém, destaca-se, as informações carregam interesses diversos, além da influência mútua entre agentes. Partindo do pressuposto construtivista de que a realidade é socialmente construída, pode-se afirmar também que a mídia corrobora para a construção de uma realidade caótica – ou melhor: da imagem de um país atrasado e corrupto.

5.3. O contraponto da mídia internacional²²: (uma) outra imagem do Brasil

Como é observado desde o fortalecimento das agências de notícias – vide capítulo 2 -, a reprodução de informação tornou-se algo comum. Antes do megaevento, havia a preocupação desvelada com a organização da Copa do Mundo 2014; mas, ao final – após cobrir todo o megaevento –, a mídia internacional tira as próprias conclusões. Não falta também ironia e tom poético ao retratar o paradoxo do “país do futebol” que não se apresenta como tal dentro de campo e do país da desorganização que entrega um belo evento.

Ainda durante o megaevento, o principal periódico espanhol *El País*, com “*no era para tanto*” (2014), pondera que a Copa ocorre melhor do que o esperado. Ao final, o mesmo veículo analisa que, paradoxalmente, o Brasil foi bem onde se esperava que fosse mal, e foi mal onde se esperava que fosse bem, em alusão à organização da Copa, apesar das

²² A metodologia de escolha destes veículos obedeceu a dois critérios: publicação e relevância. Primeiro foi feito o *clipping* – processo de monitoramento constante de matérias jornalísticas com base na menção a uma determinada empresa ou evento – de matérias relacionadas à organização da Copa do Mundo Brasil 2014; depois houve o filtro quanto à dimensão destes veículos nos países de origem e no exterior.

expectativas negativas, e à seleção brasileira, que sofreu uma goleada vexatória da Alemanha, por 7 x 1, em “*Um gosto agridoce depois da Copa*” (2014).

“O evento bem organizado, que recebeu elogios da mesma mídia internacional que criticava o país até a véspera do dia 12, deixou o país mais feliz. Mas, a fragorosa derrota para a hoje tetracampeã do mundo no futebol acabou num saldo agridoce. O país está feliz porque organizou bem a festa, e se sente traída por uma seleção fraca, que tinha 100% de dependência em um talento individual – Neymar – sem percepção de conjunto. Fomos bem onde se esperava que iríamos mal e fomos mal onde se esperava que nos sairíamos bem, concluíram vários observadores” (JIMENEZ, 2014, para. 2)

O veículo de comunicação catari *Al Jazeera* sugere “*Buckle up, Brazil's World Cup is upon us*” ainda durante o megaevento. No texto, frisa que otimistas vão dizer que estaria tudo bem e os pessimistas diriam que estaria tudo mal, mas nada no Brasil é tão simples assim (ELISONDO, 2014). Uma definição precisa em relação à complexidade do país.

Para o jornal português *Público*, o Brasil consegue organizar a Copa com distinção, apesar de alguns detalhes inconvenientes. “*O Mundial não está a ser perfeito, claro. Mas também não está a ser o desastre que muitos antecipavam. Assim que a bola começou a rolar, os brasileiros abandonaram o cepticismo, vestiram as cores da selecção e trouxeram um clima de festa para as ruas*” (PIMENTEL, 2014, para. 1).

O francês *Le Monde* destaca que os temores não se concretizaram em relação à organização e graças à improvisação à brasileira, o megaevento foi um misto de desordenado e simpático, descontraído e acolhedor (BOURCIER; HERNANDEZ; HOPQUIN, 2014). Apesar do título “*L’improvisation à la brésilienne se révèle à la hauteur de l’événement*” ser direto, o texto começa evocando o que eles consideram milagre brasileiro (BOURCIER; HERNANDEZ; HOPQUIN, 2014).

Já o jornal britânico *The Guardian* avalia o Brasil como o anfitrião perfeito para a Copa do Mundo. “*Brazil was an intoxicating and welcoming but not unquestioning host, providing the platform for a soul-stirring football feast. Fears of transport chaos and operational dysfunction were unfounded*” (OWEN, 2014, para. 6).

O periódico norte-americano *The New York Times* (2014) adota o mesmo tom do *El País* e afirma, no título, em tom de ironia, que o Brasil foi um sucesso, mas não dentro de campo. Mais do que isso, o jornal destaca que o mesmo futebol que, antes do megaevento, foi

o catalisador de insatisfação e protestos, durante a Copa, absorveu as atenções para dentro do campo.

“Sunday’s final concluded a monthlong tournament that presented a jarring contrast between Brazil’s hosting of the tournament and its achievement on the field. The World Cup was well organized despite fears that it would be chaotic. The Brazilian people were hospitable. The soccer was largely attractive and attacking. Some have called this the best World Cup in recent memory” (LONGMAN, 2014, para. 6).

Por fim, o periódico argentino *La Nacion* utiliza tom poético para definir a Copa do Mundo Brasil 2014. *“Emociones múltiples: un Mundial que conmocionó a todos”* (2014), diz o título de um texto em formato de diário. A seleção argentina, que é a maior adversária da brasileira no âmbito futebolístico, perdeu, por 1 x 0, da equipe alemã, tornando-se a vice-campeã daquela edição da Copa do Mundo.

“La Copa de todas las Copas, tal como la había dicho la presidenta Rousseff, tuvo al fin cosas de todas las copas, es cierto, y cosas tan propias que la volvieron única, incomparable. Muchas buenas, muchas malas. Las mejores surgieron de los campos de juego; las peores, de los alrededores. Pero, en un lado y en otro, en noticias y en tragedias, siempre pasó algo que provocó conmoción. Todos los días, algo. Así fue Brasil 2014. Inigualable” (ARCUCCI, 2014, para. 1).

Ironias, poesias, elogios e críticas, juntos, com equilíbrio, apresentam o ponto de vista positivo da mídia internacional sobre a Copa do Mundo 2014. Como pode ser observado acima, o caos prenunciado não se concretiza. Os problemas, contudo, não desapareceram, tampouco são suprimidos pela mídia internacional. Afinal, existem. Entretanto, os infortúnios não são superlativos, como outrora anunciados. Só dentro de campo.

6. CONCLUSÃO

Com a ajuda da mídia, o Brasil se transformou no “país do futebol”, mas, também, agora, em um país atrasado. A política externa brasileira tentou propagar uma imagem positiva do país, mas também pecou. No meio disso, está o futebol. Este esporte que é tratado nestas páginas com a dualidade e a relevância pertinente que possui na sociedade brasileira e mundial. O literal – disputado dentro de campo, muitas vezes entre duas seleções, com suas regras -, mas, sobretudo, o metafórico – disputado entre nações em qualquer arena, sob as normas.

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar como a política externa brasileira nos governos Lula da Silva e Rousseff instrumentalizou o futebol para projetar a imagem do Brasil no cenário internacional e como a mídia brasileira utilizou o mesmo esporte para expor sua visão. O estudo partiu do referencial teórico construtivista por julgar que o modelo propõe uma relação entre discurso e construção política e social pertinente para compreender a visão dos diversos agentes e estrutura.

Para que este objetivo fosse alcançado, o trabalho versou sobre a evolução histórica e o desenvolvimento da mídia como canal de comunicação e, principalmente, como agente dotado da capacidade de influenciar outros agentes no cenário internacional. Entende-se que a mídia possui demasiada importância não apenas social, no âmbito doméstico, mas também tem relevante impacto nas relações internacionais, como vimos no capítulo 2. Em suma, o construtivismo ajudou na compreensão de como a formação discursiva da mídia constrói a realidade social, deixando nas entrelinhas a relação entre informação e poder.

Com o recorte temporal equivalente a três mandatos presidenciais no Brasil, diferenciam-se as posturas da política externa e da mídia neste entretempo. Analisando a política externa brasileira, com base nos modelos paradigmáticos desenvolvidos por Cervo, observa-se que esta ganha outra dimensão durante os dois mandatos do governo Lula da Silva – em breve comparação com o antecessor e mais especificamente com a sucessora - alçando o Brasil ao patamar de *global player*. No primeiro mandato de Rousseff, esta posição perdeu força, como se pode observar no capítulo 3: o Brasil não consegue alcançar a desejada liderança regional, tampouco o objetivo de se tornar membro permanente do CSNU.

Ressalta-se também que a ideia do Brasil de sediar megaeventos esportivos vem na esteira de um movimento mais amplo e ocorre também em outros agentes, vide os demais países do BRICS tomarem a mesma decisão. Os países emergentes percebem que realizar megaeventos pode proporcionar ganhos políticos e econômicos. Copa do Mundo é mais do que um torneio entre seleções futebolísticas, é um campo de batalha simbólica entre países, com interesses e identidades, exercendo o poder produtivo em meio a agentes e estrutura.

Partindo das observações acerca das formas de atuação da mídia, com base em Gilboa, pode-se afirmar que, no primeiro episódio, o Jogo da Paz, a mídia tem um papel instrumental, ao servir de ferramenta para a política externa mobilizar apoio e avançar em negociações. Neste caso específico, revelou-se o real interesse de realizar a partida de futebol, em consonância com a Minustah, mas, ainda assim, o Brasil foi retratado pela mídia como um país responsável e acolhedor. Ou o “país do futebol” também era o país “amante da paz”.

Já no segundo momento, durante a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014, a mídia agiu como agente constrangedor, limitando-se a mostrar o lado negativo, com críticas em séries. Este tipo de atuação ocorre quando a mídia procura influenciar os líderes políticos a tomar determinadas decisões e agir em curto prazo. Neste caso, enquanto a política externa apresentava o Brasil como um país belo e com oportunidades diversas, a mídia brasileira expôs, paralelamente, o país como caótico e atrasado.

Entretanto, ao final, a mídia internacional apresentou um contraponto, ao mostrar uma percepção diferente da apresentada rotineiramente pela brasileira ao longo dos anos que antecederam os megaeventos e, mesmo com contratempos, não se limitou aos fatos negativos. Afinal, o Brasil é um misto complexo de beleza e problemas.

Há de se observar também que a atmosfera de tensão política e social antes da Copa das Confederações 2013 e antes da Copa do Mundo 2014, devido às manifestações nas ruas do país, influenciou negativamente na construção da imagem do Brasil. Não se pode, contudo, desprezar a influência da mídia nestes movimentos, a partir da *agenda setting*.

Destaca-se que no mesmo ano de 2014 e com todas as críticas que permearam a organização da Copa do Mundo, Rousseff se reelegeu presidente do Brasil para mais um mandato de quatro anos. Posteriormente, abreviado. Contudo, pode-se inferir que os

resultados dentro e fora de campo não influenciaram negativamente no campo político doméstico. Externamente, pondera-se que o país manteve a imagem de afável, vide as publicações estrangeiras, embora seja complexo mensurar.

Conclui-se que a política externa brasileira utilizou os três episódios – o Jogo da Paz, a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014 – para projetar a imagem do Brasil no cenário internacional; assim como a mídia brasileira de fato possui capacidade de utilizar o futebol tanto para contribuir com a projeção da imagem brasileira, quanto para desconstruí-la. No entanto, é importante frisar que este resultado é um plano aberto e com complexa mensuração de resultados, vide a totalidade deste não ser tangível.

Observando a dinâmica complexa dos estudos de Relações Internacionais, destaca-se a interdisciplinaridade deste trabalho, que aborda o papel da mídia em assuntos com alcance internacional e a relação entre futebol e relações internacionais. Estes dois temas ainda escassos, porém em ascensão, possuem uma gama de atrativas pesquisas a serem desvendadas e analisadas, à espera do gol ou da publicação.

7. BIBLIOGRAFIA

ADLER, Emanuel, 1999. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 47, pp. 201-246. 1999

AGUIAR, Pedro. *Jornalismo Internacional em Redes*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

AGUIAR, Pedro. Marx Explica a Reuters: a economia política das agências de notícias, in: SILVA JUNIOR, José Afonso da; ESPIRIDIÃO, Maria Cleidejane; AGUIAR, Pedro (Org). *Agência de Notícias: perspectivas contemporâneas no Brasil*. Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2014, cap. 2.

AGUILAR, Sérgio; COSTA, Annelise. A utilização da Mídia no Processo de Construção da Paz no Haiti. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013. Curitiba: Compolítica, 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI*. Brasília: IBRI, v. 47, nº 1, pp. 162-184. 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma avaliação do governo Lula: a área econômica. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 10, nº 113, pp. 38-45, out. 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. São Paulo: LTC, 2012.

AMAZARRAY, Igor. Futebol: o esporte como ferramenta política, seu papel diplomático e o prestígio internacional. 69f Monografia. (Graduação em Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

AMORIM, Celso, 2003. Discurso do Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro das Relações Exteriores. Discursos, Palestras e Artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 01 jan. 2003.

AMORIM, Celso. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. *Análise de Conjuntura da OPSA*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM), nº 4, mar. 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Jornais: Breve História. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/jornais-breve-historia-2/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

ARCUCCI, Daniel. Emociones múltiples: un Mundial que conmocionó a todos. *La Nación*, Buenos Aires, 15 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1710025-emociones-multiples-un-mundial-que-conmociono-a-todos>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ARRAES, Virgílio, 2004. Haiti e política externa de Lula: realmente há algo inovador?. *Meridiano 47* - Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, n° 49, pp. 2-3, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21920/3/ARTIGO_HaitiPoliticaExterna.pdf>. Acesso em 10 dez. 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n° 2, pp. 135-146, 2002.

BARBOSA, Mariana; MATTOS, Rodrigo. Atrasos e falta de controle ameaçam legado da Copa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 set. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2509201102.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BARCA, Antonio Jiménez. No era para tanto. *El País*, Madrid, 21 jun. 2014. Disponível em: <https://elpais.com/deportes/2014/06/21/mundial_futbol/1403367068_619144.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-10, 2005.

BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n° 1, pp. 36-71, 2002.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n° 2, pp. 154-178, 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl. International Thought in the Lula Era, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, pp. 193-213, 2010. Edição Especial.

BERNAL-MEZA, Raúl. La Inserción Internacional de Brasil: el papel de Brics y de la región, in: *UNIVERSUM*, Chile, v. 30, n° 2. pp 17-35, 2015.

BIAZZI, Alessandro; FRANCESCHI NETO, Virgílio. Futebol e política externa brasileira: entre o político-identitário e o comercial. *EF Deportes*, Buenos Aires, v. 11, n° 104, enero, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/futebol-e-politica-externa-brasileira.htm>>. Acesso em 10 dez. 2015.

BOBBIO, Norberto. *Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2ª reimpressão, 1995.

BOURCIER, Nicolas; HERNANDEZ, Anthony; HOPQUIN, Benoit. L'improvisation à la brésilienne se révèle à la hauteur de l'événement. *Le Monde*, Paris, 21 jun. 2014. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/coupe-du-monde/article/2014/06/21/l-improvisation-a-la-bresilienne-se-revele-a-la-hauteur-de-l-evenement_4442780_1616627.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BRASIL. Estatuto do Torcedor, Lei nº 10.671, de 15 mai. 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 mai. 2003.

BRASIL. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Ministério de Defesa, Brasília, 2012a.

BRASIL, 2012. *Política Nacional de Defesa Estratégia Nacional de Defesa*. Ministério de Defesa, Brasília, 2012b.

BRASIL. Lei Geral da Copa nº 12.663, de 05 jun. 2012c. Institui as diretrizes relativas à Copa das Confederações 2013 e à Copa do Mundo 2014. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 06 jun. 2012.

BRASIL. Código civil e normas correlatas. 5ª ed. Brasília: Senado Federal, 2014a.

BRASIL. O Brasil na Minustah (Haiti), *Ministério da Defesa*, Brasília, 2014b. Disponível em:

<<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, Secretaria de Documentação, 2016.

BRASIL. Histórico. Ministério do Esporte, Brasília. 2017. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/historico>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

BRASIL. Amazônia Azul. *Marinha do Brasil*, Ministério da Defesa, s.d.a Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

BRASIL. Balança Comercial do Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Departamento de Estatística e Apoio à Exportação. s.d.b

BRASIL. Viagens internacionais. Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, 1º mandato. s.d.c. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-1o-mandato>>. 19 fev. 2016.

BRASIL. Viagens internacionais. Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, 2º mandato. s.d.d. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/viagens/viagens-internacionais-2o-mandato>>. 19 fev. 2016.

BRASIL. Relatórios da Secretaria de Imprensa. Planalto. s.d.e. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa/relatorios-da-secretaria-de-imprensa>>. Acesso 19 fev. 2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo*. Lua Nova, n.39, pp.53-71, 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006

BURITY, Caroline. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. *Contemporânea*, nº 21, ano 11, Vol. 1, pp. 166-179, 2013.

BRIGADÃO, Clóvis; SEABRA, Rafael. Panorama estratégico da Política Externa Brasileira: os caminhos da inserção internacional. *Relações Internacionais (R:I)*, nº 24, Lisboa, 2009.

CAMARGO, Julia. *Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira*. 142f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. A Mídia e a Política Externa no Brasil de Lula. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 1, nº 2, pp. 211-236, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução Roneide Venancio Majer, v. 1, 8ª edição revisada e simplificada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Andrea Soares. 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football. *PD Magazine* pp 28-35, 2013.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 43, nº 2, p. 5-27, 2000.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais no Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 2, nº 46, p. 5-25, 2003.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 2, nº 51, p. 8-25, 2008.

CERVO, Amado Luiz. O Brasil na Atual Ordem Mundial. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Vol. 1, nº 2, p. 37-59, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2012.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 57, n. 2, pp. 133-151, 2014.

CERVO, Luiz Amado. Inserção internacional do Brasil: oscilações do século XXI. *Revista Mundorama*, Brasília, 02 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=16841>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

CHADE, Jamil. Apenas 25% das obras da Copa do Mundo de 2014 estão prontas. *O Estado de S. Paulo*, 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,apenas-25-das-obras-da-copa-do-mundo-de-2014-estao-prontas,1023833>>. Acesso 25 jun. 2017

CORNETET, João Marcelo. A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade, *Revista Conjuntura Austral*, Vol. 5, n° 4, pp. 111-150, 2014.

DATAFOLHA. Avaliação da presidente Dilma Rousseff – 2 anos e 6 meses de governo. São Paulo: Datafolha Instituto de Pesquisa, 01 jul. 2013. PO813694

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1ª ed, 1997.

DINIZ, Eugenio. O Brasil e a Minustah. *Security and Defense Studies Review*. v. 5, n° 1, pp. 90-108, 2005.

EDEN, Jon Thies. Soccer and International Relations: can soccer improve international relations?, *Major Research Paper*. Ottawa: University of Ottawa, 2013.

ELIZONDO, Gabriel. Buckle up, Brazil's World Cup is upon us. Al Jazeera, Doha, 23 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/blogs/americas/2014/06/99056.html>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

ESTADÃO. Brasil é confirmado como sede da Copa do Mundo de 2014. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,brasil-e-confirmado-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014,72847>>. Acesso em: 04 jun. 2016

ESTADÃO. O atraso das obras para a Copa de 2014. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04 abr. 2011. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-atraso-das-obras-para-a-copa-de-2014-imp-,701314>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

ESTADÃO. O País das obras atrasadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 abr. 2013. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-pais-das-obras-atrasadas-imp-,1018725>>. Acesso em: 06 mar. 2017

ESTADÃO. A Copa do atraso e da ganância. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2014. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-copa-do-atraso-e-da-ganancia-imp-,1115724>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião Pública e Política Externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n° 2, pp. 80-97, 2008.

FERNANDES, Letícia. Protestos elevam sensação de insegurança. *O Globo*, Matutina, País, pp. 6, 20 mai. 2014.

FOER, Franklin. Como o Futebol Explica o Mundo: um olhar sobre a globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FOLHA. Manifestações se espalham pelas sedes da Copa das Confederações. *Folha e S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295681-manifestacoes-se-espalham-pelas-sedes-do-torneio.shtml>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

FOLHA. Protestos nas ruas apavoram dirigentes da Fifa e de seleções. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jun. 2013b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/115034-protestos-nas-ruas-apavoram-dirigentes-da-fifa-e-de-selecoes.shtml>>. Acesso: 06 mar. 2017.

FOLHA. Polícia e manifestantes se enfrentam no Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jul. 2013c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/116799-policia-e-manifestantes-se-enfrentam-no-rio.shtml>>. Acesso em: 06 mar. 2017

FOLHA. Governo muda discurso diante de rejeição a evento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, São Paulo, 24 fev. 2014a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/153708-governo-muda-discurso-diante-de-rejeicao-a-evento.shtml>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FOLHA. Preços ligados a educação sobem, e inflação se acelera em fevereiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 2014b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/156146-precos-ligados-a-educacao-sobem-e-inflacao-se-acelera-em-fevereiro.shtml>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FOLHA. Protesto anti-Copa acaba em confusão na avenida Paulista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 2014c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/172704-protesto-anti-copa-acaba-em-confusao-na-avenida-paulista.shtml>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

FOLHA. Sedes saem da Copa sem ganho esperado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2014d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/173650-sedes-saem-da-copa-sem-o-ganho-esperado.shtml>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

GALEANO, Eduardo. *El Fútbol a Sol y Sombra*. Montevideo: Ediciones del Chanchito, 1ª ed., 1995.

GASTALDO, Édison. A Pátria na “Imprensa de Chuteira”: futebol, mídia e identidades brasileiras. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL EM PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 27., 2003. Caxambú: Encontro Anual da ANPOCS, 2003.

GASTALDO, Édison. “O País do Futebol” Mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 22, pp. 352-369, 2009.

GILBOA, Eytan. Global Communication and foreign policy. *Journal of Communication*, v. 52, no 4, p. 731-748, dec, 2002.

GRACIA, Tomás. O ‘giro lingüístico’, In: INIGUEZ, Lupicínio. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Vozes, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo São Paulo*, v. 4, nº 11, pp. 11-25, 2007.

HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio Jorge. O Declínio da Pátria de Chuteiras: futebol e identidade nacional na Copa do Mundo de 2002. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 7., 2003, Recife, Comunicação..., Recife: Compós, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª ed., 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Produto Interno Bruto. s.d. Coordenação de Contas Nacionais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Centro de Contas Nacionais. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=12&op=0&vcodigo=SCN53&t=produto-interno-brutobrvvariacao-volume>>. Acesso em 20 fev. 2016

ITAMARATY. IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. Itamaraty, s.d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso em: 12 dez. 2015

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Tradução Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2ª edição revisada e ampliada, 2013.

JIMÉNEZ, Carla. Um gosto agridoce depois da Copa. El País, Madrid, 14 jul. 2014 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/14/deportes/1405354101_467000.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

KISSINGER, Henry. *A Ordem Mundial: reflexões sobre o Caráter das Nações e o Curso da História*. Tradução: José Mendonça da Cruz. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2014.

LACERDA, Angela *et al.* Grupos protestam pelo Brasil contra a realização da Copa do Mundo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 jan. 2014. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,grupos-protestam-pelo-brasil-contra-a-realizacao-da-copa-do-mundo,1122884>>. Acesso em: 05 mar. 2017

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v. 33, n° 3, p. 235-254, 1989.

LESSA, Antônio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza.. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n° 1, pp. 89-109, 2009.

LONGMAN, Jeré. Success for Brazil, Just Not on the Field. *The New York Times*, New York, 13 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/07/14/sports/worldcup/world-cup-2014-brazil-was-a-good-host-but-poor-competitor.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio, Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília: Presidência da República – Secretaria de Imprensa e Divulgação, 01 jan. 2003.

MACRI, Bárbara; ITRI, Bernardo. Gastos com a Copa do Mundo de 2014 já atingem R\$ 26,5 milhões. *Folha de S. Paulo*, *São Paulo*, 06 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2013/02/1226532-gastos-com-a-copa-2014-estouram-previsao-e-atingem-r-265-bilhoes.shtml>>. Acesso em: 05 mar. 2017

MALAMUD, Andrés. La política externa de Dilma Rousseff: ¿menos de lo mismo?, *Iberoamericana*, v. 11, n° 41, pp. 174-179, 2011.

MALAMUD, Andrés; RODRIGUEZ, Júlio C.. Com um pé na região e outro no mundo: O dualismo crescente da política externa brasileira, *Estudos Internacionais*, v. 1, n° 2, pp. 167-183, 2013.

MARINUCCI, Raquel. Relações internacionais e mídia, *Universitas: Relações Internacionais*, Brasília, v. 6, n° 1, pp. 43-52, 2008

MARQUES, Márcia. Um Retrato das Agências de Notícias Brasileiras com a Consolidação da Internet no País, In: SILVA JUNIOR, José Afonso da; ESPIRIDIANO, Maria Cleidejane; AGUIAR, Pedro (Org). *Agência de Notícias: perspectivas contemporâneas no Brasil*. Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2014, cap. 7.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The Agenda-Setting Function Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36 no 2, pp. 176-187, 1972.

MILANI, Carlos *et al.* *Atlas da Política Externa Brasileira*. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: CLACSO; Rio de Janeiro: EDUERJ, 1ª ed., 2014.

MONTEIRO, Tânia; NOSSA, Leonencio. Brasil obtém apoio do Haiti sobre Conselho de Segurança. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2014, Política, p. 8.

MONTEROS, Guillermo. Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero. *Foro Internacional*, v. 38, no. 2/3, pp. 415-426, apr/sep, 1998.

NATALI, João Batista, 2015. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Ed. Contexto, 3 ed., 2015.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

NOGUEIRA, Silvia. Reflexões sobre o Papel da Mídia na Construção do Nationess: os casos da Telesur e da Al-Jazeera. *Carta Internacional*, v. 7, nº. 2, pp. 117-126, 2012.

NOGUEIRA, Silvia; BURITY, Caroline. A Construção da Imagem do Brasil no Exterior e a Diplomacia Midiática no Governo Lula. *Revista de Ciências Sociais*, nº 41, pp. 375-397, 2014.

NUNOMOURA, Eduardo. Haiti pára para ver Lula, Ronaldo e companhia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2014, Política, p. 8.

O GLOBO. Entre atrasos e irregularidades em obras, situação das cidades-sedes para Copa 2014 é preocupante. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jun. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/entre-atrasos-irregularidades-em-obras-situacao-das-cidades-sedes-para-copa-2014-preocupante-2981465#ixzz4pPO49o2c>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

O GLOBO. Mundial vai custar, no mínimo, US\$ 6 bilhões. *Matutina, Esportes*, pp. 8, 31 out. 2007.

O GLOBO. O Brasil nas ruas: as faces da destruição no Brasil. *O País*. *Matutina*, pp. 15, 22 jun. 2013

O GLOBO, Tensão pré-Copa. *Matutina, Esporte*, pp. 2, 13 mai. 2014a.

O GLOBO. Entre avanços e frustrações. *Matutina, País*, pp. 16, 01 jun. 2014b.

O GLOBO. E se passaram sete anos de atrasos e críticas. *Matutina, País*, pp. 9, 12 jun. 2014c.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. 2014. Incursões Históricas sobre as Agências de Notícias Nacionais no Cenário Brasileiro: do pioneirismo aos conglomerados de mídia, In: SILVA JUNIOR, José Afonso da; ESPIRIDIANO, Maria Cleidejane; AGUIAR, Pedro (Org). *Agência de Notícias: perspectivas contemporâneas no Brasil*. Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2014, cap. 6.

OHATA, Eduardo; COBOS, Paulo. Gargalos da economia real desafiam Mundial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk3010200704.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a User's Manual. In KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (editors). *International Relations in a Constructed World*, New York and London: ME Sharpe Armonk, 1998, Chapter 3.

ONUF, Nicholas. Institutions, intentions and international relations, *Review of International Studies*, nº 28, p. 211-228, 2002.

OWEN, Gibson. Brazil proves perfect host to inspire soul-stirring World Cup feast. *The Guardian*, Londres, 13 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/football/blog/2014/jul/13/brazil-intoxicating-host-inspire-world-cup-feast>>. Acesso: 16 fev. 2015

PATRÍCIO, Raquel. As relações em eixo – novo paradigma das relações internacionais?, *Revista Internacional de Política Internacional*, Vol. 49, nº 2, pp. 5-24, 2006.

PATRÍCIO, Raquel. Estudos de Área: América Latina: uma visão da América Latina. Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 2012.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Haiti: desafios e oportunidades no pós-terremoto. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nº 2, pp. 69-75, 2010.

PATRIOTA, Antonio. Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores - Brasília, Discursos, Palestras e Artigos do Chanceler Antonio Patriota: 2011-2013.2 jan. 2011.

PIMENTEL, Tiago. A organização ganha mas não goleia. Público, Lisboa, 27 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/06/27/desporto/noticia/a-organizacao-do-mundial-ganha-mas-nao-goleia-1660638>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Tradução de Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, no. 36, pp. 147-174, 2010.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir?, *Meridiano 47*, v. 11, nº 122, pp. 35-41, 2010.

REUS-SMIT, Christian. Constructivism. In BURCHILL, Scott. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 3th edition, 2005, Chapter 8.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Bringing Transnational Relations Back In: non-states actors, domestic structures and international institutions. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-28, 1995.

ROGERO, Tiago. Governo espera protestos durante a realização da Copa das Confederações. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 jun. 2013. Disponível em: <

<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral.governo-espera-protestos-durante-a-realizacao-da-copa-das-confederacoes.1042483>>. Acesso em: 06 mar. 2017

SACCHITIELLO, Bárbara. Circulação dos cinco grandes jornais cresce. Meio & Mensagem, São Paulo, 16 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/05/26/circulacao-dos-cinco-grandes-jornais.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A Construção da Notícia Internacional na Imprensa Brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n° 1, pp. 186-188, , 2000. Informações em notas.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Política Exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n° 2, jul/dez, 2002.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático x autonomistas, Madrid: Análisis del Real Instituto Elcano (ARI), n° 46, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 e 2010. *Relações Internacionais*, v. 37, pp. 63-78, 2013.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A Regra do Jogo: uma história institucional da CBF*. Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues (Coords.). Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.

SCOLOSE, Eduardo; RANGEL, Sérgio. Seleção é ovacionada na capital do Haiti. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 ago. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1908200405.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2016

SEITENFUS, Ricardo. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz. In *O Brasil e a ONU*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, pp. 39-58, 2008.

SENHORAS, Elói Martins. Esporte, relações internacionais e a diplomacia esportiva brasileira. *Revista Mundorama*, 30 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=14319>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SILVA, Orlando. Discurso do ministro do Esporte na cerimônia de assinatura da Matriz de Responsabilidades Copa 2014. Brasília: Ministério do Esporte, 13 jan. 2010.

SOROKA, Stuart. Media, Public Opinion and Foreign Policy. *Press/Politics*, v. 8, n° 1, pp. 27-48, 2003.

SUPPO, Hugo. Reflexões sobre o Lugar do Esporte nas Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, v. 34, n° 2, pp. 397-433, 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A Economia Política do Governo FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 21, pp. 909-941, 2012. Número Especial.

UN. Resolution 1542 (2004). Security Council establishes un stabilization mission in Haiti for initial six-month period. New York: Security Council, 30 apr. 2004.

UN. Resolution 1908 (2010). New York: Security Council, 19 jan. 2010.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag). 3ª ed. , 2011.

VILLENA FIENGO, Sergio. Gol-balización, identidades nacionales y fútbol, In *Futbologias: Futbol, identidade y violencia en America Latina*, Buenos Aires: CLACSO, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Brazil's Contemporary Foreign Policy: an affirmative agenda. In: HOFMEISTER, William (ed.). *G20: perceptions and perspectives for global governance*. Singapore: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*, v. 41, n° 3, pp. 335-370, 1987.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: the Social Construction of Power Politics. *International Organization*, v. 46, n° 2, pp. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International States, *The American Political Science Review*, v. 88, n° 2, pp. 384-396, 1994.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Relations*. New York: Cambridge University Press, 1999.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios, *Revista Ciência da Informação*, v. 29, n° 2, pp.71-77, 2000.

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT